



atos

do conselho geral

ano LXXV abril-junho 1994

N.º 348

órgão oficial
de animação
e de comunicação
para a
congregação salesiana

ROMA
DIREÇÃO GERAL
OBRAS DE DOM BOSCO

Pe. Mayzõ Marolusi

atos

**do Conselho Geral
da Sociedade Salesiana
de São João Bosco**

ÓRGÃO OFICIAL DE ANIMAÇÃO E DE DOCUMENTAÇÃO PARA A CONGREGAÇÃO SALESIANA

**N. 348
ano LXXV
abril-junho 1994**

1. CARTA DO REITOR-MOR	1.1 Pe. Egídio VIGANÓ «Vigiai, com os rins cingidos e as lâmpadas acesas»	3
2. ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES	2.1 Pe. Luciano Odorico «Formação permanente para os missionários salesianos» 2.2 Pe. Omero PARON «Pedir licenças»	39 45
3. DISPOSIÇÕES E NORMAS	Não constam neste número	
4. ATIVIDADES DO CONSELHO GERAL	4.1 Crônica do Reitor-Mor 4.2 Crônica do Conselho Geral	48 49
5. DOCUMENTOS E NOTÍCIAS	5.1 XVII Semana de espiritualidade da Família Salesiana 5.2 Novos Inspetores 5.3 Estatísticas do pessoal salesiano em 31 de dezembro de 1993 5.4 Irmãos falecidos	55 59 65 67

Tradução: *Pe. José Antenor Velho*

EDITORA SALESIANA DOM BOSCO

Rua Dom Bosco, 441

03105-020 - São Paulo - SP

Fone: (011) 277-3211

Telex: (011) 32-431 ESPS BR

Fax : (011) 279-0329

1. CARTA DO REITOR-MOR

«VIGIAI, COM OS RINS CINGIDOS E AS LÂMPADAS ACESAS!»

Um tema de atualidade - “Vida e disciplina religiosa” - Relutância ao conceito de “disciplina” - Significado espiritual da “Regra de vida” - As razões da Eucaristia - As exigências da Profissão religiosa - Formar para a “liberdade consagrada” - A autoridade é um serviço de animação e governo - Temas para um exame de consciência - José e Maria.

Roma, Solenidade de São José
19 de março de 1994

Queridos Irmãos,

estou apenas retornando da Etiópia onde, com alegria, vi uma porção viva e cheia de esperança do nosso vasto Projeto-África. Impressiona muito conviver com os noviços e os jovens irmãos etíopes, que garantem o futuro do carisma de Dòm Bosco nesse grande País. Deve-se dar graças a Deus e aos generosos missionários que ali trabalham com fidelidade e entusiasmo.

A esta minha experiência e motivo de esperança devem ser acrescentados nos próximos meses outros dois acontecimentos portadores de fortes estímulos de crescimento: o Sínodo especial dos Bispos africanos e a beatificação da Filha de Maria Auxiliadora, Irmã Maddalena Caterina Morano.

– *O Sínodo africano* acontecerá em Roma no mês de abril. Em seu documento de trabalho são apresentadas as grandes linhas pastorais de futuro para todo o

continente (inculturação, diálogo ecumênico e inter-religioso, justiça e paz – dignidade da pessoa e promoção da mulher –, e meios de comunicação social). Deve-se sublinhar nesse documento o interesse por uma pastoral juvenil mais adequada, uma vez que mais de 40% da atual população da África e Madagáscar têm menos de dezoito anos. Esperemos com particular atenção as orientações a respeito. O Pe. Luciano Odorico, Conselheiro geral para as nossas missões, foi escolhido como um dos peritos a serviço do Sínodo.

– A *Irmã Maddalena Morano* será a primeira beata FMA depois da canonização de Madre Mazzarello. Será beatificada em Catânia no próximo dia 30 de abril, durante a visita do Papa àquela histórica cidade italiana. Irmã Maddalena é modelo eminente de vida salesiana autêntica, iniciada pelo contato pessoal com Dom Bosco e portadora de uma peculiar interioridade apostólica, tanto no estilo de união com Deus como no espírito de iniciativa e na operosidade e magnanimidade de visão. Leva-nos às fontes do nosso carisma e estimula-nos a renovar o seu ardor; é como se nos convidasse a fazer do próximo Sínodo sobre a Vida consagrada, em outubro, uma espécie de plataforma de lançamento para viver com maior fidelidade e coragem a herança do nosso Fundador.

1. Um tema de atualidade

O recente documento vaticano sobre *A vida fraterna em comunidade*, muito concreto e atualizado, ao falar do caminho de libertação que leva os religiosos à comunhão fraterna, sublinha a necessidade também de um empenho corajoso de renúncias e de fidelidade às

exigências da própria profissão religiosa: o descuido neste campo é deletério. «Notou-se em muitas partes – lê-se no documento – que isto tem sido um dos pontos frágeis do período de renovação destes anos. Aumentaram os conhecimentos, pesquisaram-se diversos aspectos da vida comum, mas cuidou-se menos do empenho ascético necessário e insubstituível para toda libertação capaz de fazer, de um grupo de pessoas, uma fraternidade cristã. A comunhão é um dom oferecido que também requer resposta, paciente tirocínio e combate, para superar o espontaneísmo e a inconstância dos desejos»¹.

¹ *A vida fraterna em comunidade, Congregação para os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, n.23.*

Partindo também desse convite proponho-me a chamar a atenção sobre o tema vital de nossa ascese sob o aspecto de “disciplina religiosa” e de aprofundar os seus conteúdos.

O título que dei à circular recorda algumas expressões significativas de Paulo² e de Lucas³ como oportuna advertência para contestar, hoje, com consciência evangélica, o clima cultural de permissivismo que nos circunda. É certamente útil e também urgente considerar ao mesmo tempo a importância da ascese a fim de viver o precioso dom da consagração apostólica com autenticidade.

² cf. 1Cor 16,13.

³ Lc 12,35.

2. “Vida e disciplina religiosa”

O artigo 134 das Constituições, descrevendo o papel próprio do Vigário geral, não lhe entrega um setor específico como aos demais Conselheiros, mas confia-lhe o cuidado de um aspecto global de peculiar importância em nossa vida. Esse aspecto é expresso com dois termos que se relacionam entre si e não podem

ser dissociados: “vida consagrada” e “disciplina religiosa”.

Não devem ser dissociados porque expressam uma única realidade carismática: de fato, quando o artigo da Regra se refere à vida consagrada o faz a partir da ótica da disciplina religiosa; e quando se refere à disciplina religiosa o faz a partir da ótica da vida consagrada. Desta forma se concretiza de um lado um aspecto típico de nossa vida de consagrados: o de ser uma práxis vivida segundo uma determinada Regra. E, de outro lado, alarga-se positivamente o sentido que se quer dar ao termo «disciplina», porque este se refere à autenticidade da vida religiosa.

Mais que confundir-se com a tarefa formativa dada especificamente ao Conselheiro para a formação, o empenho confiado ao Vigário geral reforça e integra a preocupação global própria do Reitor-Mor (de quem é justamente o Vigário) de «promover, em comunhão com o Conselho Geral, a constante fidelidade dos sócios ao carisma salesiano»⁴.

⁴ Const 126.

Justamente a partir das considerações sobre o artigo 134 das Constituições, na última sessão do Conselho Geral, (terminada no dia 7 de janeiro passado) estudou-se, entre os vários temas, o da “Vida e disciplina religiosa”, pedindo depois ao Reitor-Mor que tecesse algumas conclusões numa de suas circulares.

Nas sessões plenárias do Conselho geral, entre outros compromissos costuma-se também aprofundar alguns temas de estudo que sirvam para iluminar a animação dos irmãos. Os Conselheiros se dividem em pequenas comissões para uma primeira elaboração do tema a ser levado depois à reunião plenária para, juntos, encaminhá-lo para conclusões operativas. Os even-

tuais temas de estudo são escolhidos dentre as prioridades surgidas nos contatos com as Inspetorias e nas análises das visitas.

Embora tendo constatado que, em geral, o estado de saúde da Congregação no campo da “vida e disciplina religiosa” é suficientemente positivo (apesar de existirem, infelizmente, indivíduos fora da estrada e situações a melhorar), pareceu que o tema era de particular atualidade.

Os motivos que urge a refletirmos juntos devem ser buscados, mais que diretamente no interior da Congregação, num certo clima de poluição cultural: de permissivismo, de frouxidão ética, de atenuação da tensão carismática, que cresceram na sociedade atual e que abrem a porta a um secularismo muito perigoso também para os Institutos de vida consagrada.

Sobre isto escreve um autor: «Aludo ao relaxamento que se verifica em âmbito de pobreza, castidade e obediência: votos interpretados hoje em muitas partes com critérios acentuadamente psicológicos e sociológicos, inculturados de maneira laicista. Aludo ainda ao confinamento que valores como oração pessoal, meditação, ascese, direção espiritual, serviço, estão sofrendo por parte de uma vontade muito humana de auto-realização, de arrivismo, de auto-gestão, de protagonismo».⁵

Trata-se de um clima que nos envolve, feito de relativismo e também de horizontes simplesmente antropológicos, donde emerge como urgente e vital para os Religiosos o tema da ascese exigida pelo próprio carisma.

⁵ VALENTINO BOSCO, *Per una vita consacrata in difficoltà: strategia di governo*, LIDC Torino 1992, p. 104.

3. Relutância ao conceito de “disciplina”

Entre as aceleradas mudanças destas últimas décadas, há também a de ter tornado pouco simpáticos (ou até mesmo antipáticos) à linguagem corrente vários termos em uso entre os Religiosos como, por exemplo, “mortificação”, “observância”, “disciplina”.

O termo “mortificação”, segundo alguns, seria portador de uma antropologia dualista, já ultrapassada, em detrimento do corpo.

O termo “observância” seria de sabor legalista pondo em primeiro lugar não os valores, mas a norma. O nosso Comentário ao texto das Constituições, considerando o que existe de verdade neste redutivismo, afirma: «Nossas Constituições não entendem levar-nos ao convento para viver como ‘observantes’, mas nos pedem de ‘estar com Dom Bosco’ para sermos ‘missionários dos jovens’»⁶; o que pede uma ascese ainda mais exigente.

⁶ *Il progetto de vita dei Salesiani di Don Bosco*, Roma 1986, p. 29.

E o termo “disciplina”, que embora derive de “discere” (aprender) e evoque o estado do “discípulo” que deve modelar sua vida segundo um ensinamento e uma correspondência prática, viu restringir e empobrecer na prática,⁷ ao longo dos séculos, o próprio significado para chegar a indicar simplesmente normas regulamentares, e até mesmo punições concretas, ou os instrumentos que se usavam para as flagelações ascéticas (assim se dizia, por exemplo, dar ou receber tantos golpes de disciplina!).

⁷ cf. *ACG 293, julho-setembro 1979, circular sobre a Disciplina religiosa.*

Evidentemente, não nos referimos a essas restrições de significado. Não falamos de disciplina militar nem mesmo de disciplina simplesmente pedagógica ou esportiva. Referimo-nos ao âmbito bíblico do dis-

cípulo que está à escuta e segue o Cristo-Mestre para dEle aprender como comportar-se, e para adequar o estilo da própria vida às grandes exigências do seu mistério.

Recordemos algumas afirmações muito expressivas a favor da ascese do discípulo; a citada pelo evangelista Lucas: «Quem não carrega sua cruz e me segue, não pode ser meu discípulo»;⁸ a de Mateus: «Quem desobedecer a um só destes mandamentos, por menor que seja, e ensinar os homens a fazer o mesmo, será tido como o menor no Reino de Deus»;⁹ a exortação de São Pedro: «Cingindo os rins da vossa mente, sede sóbrios, tende esperança»;¹⁰ de São João: «Por este sinal sabemos que já O conhecemos: se cumprirmos seus mandamentos»¹¹; de São Paulo: «Vigiai, permaneci firmes na fé, sede corajosos, sede fortes!».¹²

⁸ *Lc 14,27.*

⁹ *Mt 5,19.*

¹⁰ *1Pd 1,13.*

¹¹ *Jô 2,3.*

¹² *1Cor 16,13.*

Poder-se-iam multiplicar as citações, mas estas já são suficientes para fazer entender o significado geral que damos ao tema.

Referimo-nos a uma ascese concreta, a uma vigiância espiritual, a uma Regra de vida, a uma modalidade concreta de discipulado.

4. Significado espiritual da “Regra de Vida”

Quando falamos de “consagração religiosa” colocamo-nos bem acima de uma simples órbita legal ou jurídica; entramos no conceito bíblico de “Aliança”, pessoal e comunitária, entre o Senhor e nós. Ele nos inunda com a potência e as riquezas do seu Espírito, e nós nos entregamos a ele com radicalidade. Aquilo que prometemos, porém, supera de per si, as nossas capacidades de fidelidade, e por isso empenhamo-nos

em seguir uma determinada modalidade ou Regra de vida, apoiando-nos na potência do Espírito para pô-la em prática. Assim ligamos também os grandes valores da consagração a determinadas mediações normativas que servem de sustento, defesa e exame quotidiano na atuação do nosso projeto específico de vida evangélica.

Na interessante “Introdução” ao Comentário das nossas Constituições, diz-se justamente que nós entendemos por Regra de vida «não só a descrição da própria inspiração evangélica, mas também a normativa prática da conduta religiosa, ou seja, um itinerário concreto de seqüela do Senhor com uma disciplina’ espiritual e uma particular metodologia apostólica, que orienta na existência quotidiana a conduta pessoal e comunitária dos professores».¹³

Prescindir dessas mediações significaria tornar vão aquilo que prometemos. Como se vive, por exemplo, a radicalidade da obediência, da pobreza e da castidade, descuidando de certas normas específicas do nosso estilo de vida?

Mais que às letras destas normas, olha-se para as exigências vitais da “graça da consagração” que estimulam e permeiam o esforço de ser coerentes: a verdadeira «observância *religiosa*» procede de um nível mais alto e mais convicto de uma simples “observância *legal*”.

Com razão, o Concílio Vaticano II e o magistério posterior dos Papas têm insistido sobre a importância deste tema.

Lê-se no proêmio do decreto *Perfectae caritatis*: «O Concílio entende ocupar-se agora da vida e da disciplina dos Institutos, cujos membros fazem profissão

¹³ *Il Progetto di vita dei Salesiani di Don Bosco, Roma 1986, p. 26.*

¹⁴ *Perfectae caritatis* 1.

de castidade, de pobreza e de obediência, e ao mesmo tempo prover às suas necessidades segundo as exigências atuais». ¹⁴ No texto, a disciplina religiosa é referida à observância fiel da Regra de vida.

¹⁵ *Evangelica testificatio* 34.

O Papa Paulo VI, em sua bela Exortação apostólica *Evangelica testificatio*, acenando aos perigos a serem superados no ambiente de hoje, diz aos Religiosos: «Quem não vê toda a ajuda que vos oferece o contexto fraterno de uma existência *regular*, com suas disciplinas de vida sempre mais necessárias a quem ‘retorna ao seu coração’, no sentido bíblico da palavra?» ¹⁵

¹⁶ *ib.* 36.

E mais adiante: «Este é o sentido das observâncias que marcam o ritmo da vossa vida quotidiana. Longe de considerá-las sob o único aspecto da exigência de uma regra, uma consciência vigilante julga-as a partir dos benefícios que elas trazem, enquanto garantem uma maior plenitude espiritual. É preciso afirmá-lo: as observâncias religiosas exigem, muito mais que uma instrução racional ou uma educação da vontade, uma verdadeira iniciação que tenda a *cristianizar* o ser, até às suas profundezas, segundo as bem-aventuranças evangélicas». ¹⁶

Olhamos para a disciplina religiosa justamente como para uma mediação indispensável para “cristianizar” o nosso ser.

Para melhor entender-lhe as motivações podemos olhar para dois grandes pólos de referência: a Eucaristia e a Profissão religiosa.

5. As razões da Eucaristia

A Eucaristia é certamente o momento mais qualificado para cristianizar o nosso ser. É ali que quotidiana-

mente nos tornamos “discípulos”, desenvolvendo em nós os mesmos sentimentos de Cristo. Sabemos que os primeiros seguidores de Jesus não apareceram de início como especiais observantes de uma disciplina ascética: «Por que é que os discípulos de João e os discípulos dos fariseus jejuam, e os teus não?». ¹⁷ Eles já não pertenciam ao Antigo Testamento, quando o jejum e a penitência eram substancialmente uma impetração da vinda do Messias; não tinham necessidade dele porque «o Esposo estava com eles». Depois da Páscoa, porém, ao descobrir a realidade de um “tempo da Igreja” em que se espera e se prepara a vinda definitiva do Senhor na Parusia, «virá um tempo em que o Esposo lhes será tirado, e então jejuarão». ¹⁸

¹⁷ Mc 2,18.

Neste tempo caracterizado pela dimensão escatológica, a disciplina ascética não será abolida mas terá que adquirir *modalidade e sentido novos*, como testemunho do viver e sentir com Cristo que, da Eucaristia, continua a difundir a graça de ser verdadeiros “discípulos” para enfrentar os desafios dos tempos e vencer as iniciativas do pecado.

¹⁸ Mc 2,20

Diante das práticas ascéticas do judaísmo e de outras religiões, o cristão manifesta o empenho ascético com um *espírito novo* mesmo que as práticas possam parecer iguais.

É, pois, importante perceber a novidade deste espírito.

Na Eucaristia, que nos assimila a Cristo, para constituir ao mesmo tempo o seu Corpo místico na história, podemos facilmente individuar as profundas razões do espírito novo. Consideremos duas delas: a “filiação divina” e a “solidariedade humana”.

– *A FILIAÇÃO DIVINA*. De um lado, Jesus é o Unigênito do Pai; vive na mais alta comunhão com Ele, a ponto de exprimi-la, enquanto homem, numa

perfeita obediência, isto é, naquele amor filial que foi o dom total de si no sacrifício do Calvário.

O coração humano de Jesus é o do obediente até à morte, mas o é pela intensidade de sua filiação e não pelas práticas legais: é o Filho que se alegra intimamente em seguir o projeto do Pai: «Meu Pai, se é possível, afaste-se de mim este cálice! Entretanto, não se faça como eu quero, mas como tu queres».¹⁹

¹⁹ Mt 26, 39.

– *A SOLIDARIEDADE HUMANA*. De outro lado, Jesus é o Segundo Adão, irmão solidário de todos os homens, seu representante e cabeça diante de Deus, é o Redentor que luta contra o Maligno e se sente plenamente co-responsável pelo pecado dos irmãos. O pecado do homem é muito grave se a infinita misericórdia do Pai não o perdoa a não ser por meio da cruz. Pela sua solidariedade radical, o coração de Jesus – embora de Cordeiro inocente – considera sua missão e dever inerente à sua fraternidade verdadeira e radical expiar o mal da história do homem.

Estas duas motivações fundamentais representam a novidade do mistério da Encarnação e, portanto, a originalidade da nova Aliança, em que o fazer-se “discípulo” para “cristianizar o próprio ser” comporta um espírito novo em todo o âmbito ascético penitencial. Na Eucaristia tudo é orientado para fazer-se “discípulo” a fim de nutrir no coração os mesmos sentimentos de Cristo, de sua filiação divina (“filii in Filio”!) e também de sua solidariedade humana para ser co-responsáveis com Ele na Redenção.

A atitude do verdadeiro “discípulo” (a sua “disciplina”!) está toda enquadrada num amor que é dom

de si na filiação obediente ao Pai e na solidariedade redentora dos pecados, sobretudo daqueles dos próprios destinatários e irmãos.

A disciplina religiosa confrontada atentamente com o mistério eucarístico é uma mediação concreta para “cristianizar” a nossa vida: não deixa espaço para ausências ascéticas, individualismos, independências arbitrárias, compensações mesquinhas contrárias à radicalidade dos conselhos evangélicos, um estilo superficialmente mundano carente do espírito das bem-aventuranças (Jesus sequer sonhou em dizer: “eu vivo a disciplina à minha maneira!”).

6. As exigências da Profissão religiosa

A Profissão é, para nós, outro grande pólo de referência para a valorização da disciplina religiosa: «as Constituições obrigam todos os sócios em virtude dos compromissos livremente assumidos perante a Igreja com a profissão religiosa».²⁰

²⁰ *Const 193.*

A isso aludimos acima e falamos em duas circulares: uma de 1986 em preparação às celebrações do primeiro centenário da morte de Dom Bosco,²¹ e outra de 1987 apresentando o “Comentário” às Constituições.²²

²¹ *ACG 319, outubro-dezembro 1986.*

²² *ACG 320, janeiro-março 1987.*

Em relação à Profissão podem-se considerar dois aspectos particularmente significativos: o da consagração como “pacto de Aliança” e o de uma determinada práxis de vida que representa a nossa “Carta de identidade na Igreja”.

– A especial consagração que tem lugar na Profissão religiosa une *num pacto de mútua Aliança* a iniciativa de Deus (que garante a assistência e a potência do Espírito Santo) e o dom feito de si mesmo a Ele por

quem professa: é um pacto definido por uma missão específica, por uma determinada dimensão comunitária e por uma prática radical dos conselhos evangélicos.²³

²³ cf. Const 3.

A Aliança comporta, da parte de Deus, fidelidade indefectível ao seu gesto consagrante e, de nossa parte, o empenho por entregar todas as próprias forças²⁴ seguindo o projeto de vida evangélica do Fundador (o “patriarca” da nossa Aliança).

²⁴ cf. Const 24.

Trata-se de um pacto totalmente livre, onde os empenhos assumidos não são de per si obrigatórios para todos os fiéis, mas que se tornam tais para os consagrados precisamente em força do pacto da Profissão. Esta exige lealdade por ser expressão concreta de uma amizade desejada como indissolúvel. O religioso faz crescer a sua Aliança exercitando quotidianamente a própria “liberdade consagrada”; a consagração, com efeito, adentra e intensifica a liberdade por meio de uma peculiar disciplina evangélica. Sobre a relação entre liberdade e disciplina, porém diremos alguma coisa mais adiante; aqui é suficiente sublinhar que a Profissão religiosa como pacto de amizade recíproca comporta de nossa parte uma verdadeira «fidelidade ao compromisso assumido» como «resposta sempre renovada à Aliança especial que o Senhor fez conosco».²⁵

²⁵ Const 195.

Dessa forma, o descuido da disciplina religiosa torna-se, de fato, um atentado contra a Profissão e uma deslealdade à amizade que iniciamos publicamente com o Senhor.

– A “*Carta de identidade*” entregue a quem faz a Profissão, costuma ser chamada de “Regra de vida”: ela define quer as «riquezas espirituais» do carisma do nosso Fundador na Igreja, quer todo «o projeto apos-

tólico da nossa Sociedade»,²⁶ com disposições concretas a respeito das modalidades de convivência, das normas comunitárias, das formações, da co-responsabilidade no exercício dos vários papéis.

A mesma fórmula com que se emite a Profissão declara explicitamente um empenho concreto: «segundo o caminho evangélico traçado nas Constituições Salesianas».²⁷ Constituições estas que representam «o nosso código fundamental» completado pelos «Regulamentos Gerais», pelas «deliberações do Capítulo Geral», pelos «Diretórios gerais e inspetoriais» e por outras «decisões das autoridades competentes».²⁸

A Regra propõe assim uma concreta disciplina religiosa, que guia efetivamente «a vida e a ação das comunidades e dos irmãos»²⁹ numa prática vivida que é «muito mais que simples observância (legal): exige fidelidade sustentada pelo testemunho pessoal, pela comunhão de vida em casa, pela inventiva pastoral que responda aos desafios dos tempos, pela consciência de Igreja local e universal, pela predileção para com a atual juventude carente, por um incansável espírito de sacrifício em cada dia do ano».³⁰

Por que fazemos da Regra a nossa “Carta de identidade na Igreja”? Porque ela é a descrição autorizada, aprovada pela Sé Apostólica e professada pelos irmãos, da específica tipologia do carisma salesiano de Dom Bosco.

Sabemos que a Igreja é, no mundo, o “sacramento” universal de salvação, ou seja, um sinal visível que comunica o seu mistério com determinadas e perceptíveis modalidades existenciais. São inumeráveis no Povo de Deus as modalidades através das quais é significada a missão eclesial de salvação, num exercí-

²⁶ *Const 192.*

²⁷ *Const 24.*

²⁸ *Const 191.*

²⁹ *Const 191.*

³⁰ *Il Progetto de vita dei Salesiani di Don Bosco, Roma 1986, p.29.*

cio multiforme da única santidade; aos Religiosos, em particular, cabe testemunhar que o mundo não pode ser salvo sem o espírito das bem-aventuranças.

Ora, são vários os carismas de vida religiosa, cada qual com sua própria práxis peculiar de vida, com que manifesta aos outros a identidade da própria vocação e missão. A prática das orientações e disposições da Regra de vida entra assim, globalmente, no âmbito daquela característica “sacramental” com que a Igreja apresenta ao mundo o mistério de Cristo «enquanto Ele contempla no monte, ou anuncia o Reino de Deus às multidões, ou cura os doentes e os feridos e converte para uma vida melhor os pecadores, ou abençoa as crianças e faz o bem a todos, sempre obediente à vontade do Pai que o enviou».³¹

³¹ *Lumen gentium* 46.

Com a prática da Regra de vida, nós apresentamos visivelmente ao mundo um aspecto bem definido da natureza sacramental da Igreja, como “sinal” universal de salvação.

Evidentemente; na Regra de vida, segundo a complexidade indicada no art. 191 de nossas Constituições, dão-se diferentes níveis de referência à disciplina religiosa, a ponto de ser possível, em circunstâncias especiais, a dispensa temporária, «de artigos disciplinares»³² por parte dos superiores maiores. O adjetivo “disciplinares” é tomado aqui em estrito sentido jurídico para indicar alguma norma concreta e uma disposição regulamentar que não atinge necessariamente o próprio projeto de nossa Carta de identidade.³³

³² *Const* 193.

³³ *Vale a pena ler todo o comentário ao art. 193: Il Progetto dei vita dei Salesiani di Don Bosco, Roma 1986, p. 936-939.*

Estas exceções eventuais não diminuem, todavia, a importância global da disciplina religiosa, ou melhor, confirmam sua validade e seu profundo significado teológico e eclesial. As palavras iniciais do

texto constitucional no-lo recordam com clareza e com convicção transmitida em família de geração em geração: «O livro da Regra é para nós salesianos o testamento vivo de Dom Bosco. Ele nos diz: ‘Se me amastes no passado, continuai a amar-me no futuro mediante a observância exata das nossas Constituições’». ³⁴

*³⁴ Const
Prêmio.*

“Estar com Dom Bosco” significa fazer da Profissão a fonte de nossa santidade: «Os irmãos que viveram ou vivem em plenitude o projeto evangélico das Constituições são para nós estímulo e ajuda no caminho da santificação. O testemunho desta santidade... é o dom mais precioso que podemos oferecer aos jovens». ³⁵

³⁵ Const 25.

A disciplina religiosa é, desta forma, para nós, parte caracterizante daquela indispensável ascese cristã própria do “discípulo” que quer, como Dom Bosco, participar vitalmente do mistério do seu Mestre.

7. Formar para a liberdade consagrada

A nossa liberdade de discípulos é “consagrada”, ou seja, purificada, robustecida pelo Espírito Santo e elevada a maior autenticidade humana. Talvez seja útil refletir brevemente sobre as relações da liberdade com a disciplina, porque, à primeira vista, podem parecer a alguns como que dois pólos em contraste; alguém poderia dizer: quanto mais liberdade, tanto menos disciplina; e quanto mais disciplina, tanto menos liberdade.

Muitos consideram “livre” aquele que tem o poder de decidir sempre de modo autônomo segundo a própria vontade e os próprios gostos, quem pode escolher e mudar quando lhe convenha, quem é dono

das próprias decisões sem depender de outros. Esta é, evidentemente, uma caricatura, que não respeita a realidade das coisas, embora apresente aspectos verdadeiros.

A liberdade é certamente um valor fundamental do homem; merece atenção privilegiada porque o constitui em seu ser mais profundo. A pessoa aperfeiçoa a si mesma por meio de iniciativas da liberdade, mas com uma consciência reta iluminada pela “verdade” objetiva e um agir verdadeiramente livre, não escravo de paixões, ideologias, injustiças, condicionamentos ou enfermidades ou carências no próprio desenvolvimento.

«A liberdade – afirma o Santo Padre na *Carta às famílias* – não pode ser entendida como faculdade de fazer o que quer que seja: ela significa *dom de si*. Mais: significa *disciplina interior do dom*. No conceito de dom, não está inscrita apenas a livre iniciativa do sujeito, mas também a dimensão do *dever*. Tudo isto se realiza na ‘comunhão das pessoas’. ... O individualismo supõe um uso da liberdade onde o sujeito faz o que quer, ‘estabelecendo’ ele mesmo ‘a verdade’ daquilo que lhe agrada ou se lhe torna útil. Não admite que outros ‘queiram’ ou exijam algo dele, em nome de uma verdade objetiva. Não quer ‘dar’ a um outro com base na verdade, não quer tornar-se um dom ‘sincero’. O individualismo permanece, por conseguinte, egocêntrico e egoísta».³⁶

³⁶ JOÃO PAULO II, *Carta às famílias*, n. 14.

De fato, a liberdade humana tem inúmeros limites quer pela natureza, quer pela dimensão dramática de sua própria existência. De qualquer modo surge sempre “prisioneira de si mesma”, e o seu desenvolvimento em plenitude exige todo um esforço de libertação.

O pecado, de um lado, constitui uma verdadeira tragédia para a liberdade; e de outro, querer atingir uma meta e realizar uma missão exige que se garanta à liberdade determinados comportamentos, mesmo além de certas inclinações naturais. Existe, pois, uma “*liberdade de*” algo que seja de freio e opressão por parte do pecado, e uma “*liberdade para*” atingir uma meta, ambas exigindo todo um processo de libertação e de reforço a ser obtido com empenho.

Entra assim em relação com a liberdade um tipo de disciplina que ajuda a realizar um processo concreto de libertação “de” e de libertação “para”.

A antinomia entre liberdade e disciplina é superada por meio da mediação da consciência, que interioriza a conveniência e a necessidade da disciplina para depois atuá-la na liberdade, como vontade própria e não como imposição externa. É preciso por isso formar adequadamente a consciência a respeito do significado e das contribuições da disciplina; urge cultivar uma formação concreta para a ascese, ligada existencialmente ao mistério eucarístico e à consagração na Profissão religiosa. Se repensarmos a nossa disciplina a partir da ótica da Eucaristia e da Profissão, perceberemos logo sua racionalidade, necessidade e originalidade.

Existe hoje um perigo de superficialidade na formação da consciência, o de não dar importância à ascese. Não se trata de ligar-se por razões de ascese a uma mentalidade ou a práticas de outros tempos; nem se pretende formar uma espécie de servilismo próximo à hipocrisia. Trata-se, ao contrário, de tornar concretamente praticável o dom total de si no amor consagrado.

Certamente a disciplina sem liberdade é inaceitável, mas a liberdade sem disciplina é arbitrária e desviante. Somente a consciência é capaz de promover uma disciplina sustentada pela liberdade, de forma que não exista imobilismo conformista ou uma espécie de farisaísmo legal. É preciso construir um equilíbrio harmônico entre liberdade e disciplina (não, portanto, liberdade *ou* disciplina) para superar vitalmente a insinuação de uma contraposição irreduzível entre as duas.

Escreve um autor: «Jesus põe-se diante de Deus como ser obediente e livre. Enquanto filho obediente, realiza a vontade do Pai, seguindo cegamente a lei que lhe é imposta; enquanto ser livre adere àquela vontade por convicção íntima, em plena consciência e com ânimo alegre; ele, por assim dizer, a re-cria em si mesmo. A obediência sem liberdade é escravidão, a liberdade sem obediência é arbítrio. A obediência caminha cegamente, a liberdade abre os olhos. A obediência age sem fazer perguntas, a liberdade quer saber o significado do que se faz».³⁷

³⁷ D. BONHOEFFER,
Ética, Bompiani
Milano 1969,
pp. 211-212.

O “discípulo” olha para Cristo (“caminho, verdade e vida!”) como para modelo de perfeita harmonia entre obediência e liberdade, concentra a formação da própria consciência neste aspecto que está na raiz de toda ascese cristã e, enquanto salesiano, esforça-se quotidianamente por recompor a contradição aparente entre disciplina e liberdade para viver na fidelidade o projeto evangélico de sua Profissão religiosa.

A luta pessoal contra o mal, contra as paixões e inclinações, contra a invasiva mentalidade mundana (= liberdade “de”) e, de outro lado, as exigências da comunhão com os irmãos com vista à projeção para realizar concretamente a missão salesiana (= liberda-

de “para”), têm necessidade de constante ascese e de adequada disciplina – uma espécie de adestramento quotidiano – levadas adiante com coragem e com semblante alegre para evitar, de um lado, as infidelidades, os individualismos, as superficialidades do permissivismo, etc., e, de outro, para promover ao mesmo tempo a peculiar Aliança com Deus e a comum missão na Igreja.

Deste modo a formação de uma consciência de “discípulo” enriquecerá o irmão com luzes e estímulos que iluminem e guiem a liberdade em sua condição de “consagrado”, fazendo suas as exigências ascéticas de uma disciplina assumida e praticada por convicção e vontade pessoal na harmonia da vida comunitária.

8. A autoridade é um serviço de animação e governo

O modo evangélico com que falamos da disciplina religiosa supõe e exige comunhão recíproca entre os irmãos, fruto da renovação quer do exercício da autoridade quer da co-responsabilidade na prática da obediência. Não se obtém a assimilação das linhas pós-conciliares de renovação simplesmente com ordens do alto, mas com inteligente e constante obra de animação que ajude a formar convicções renovadas. A estrada mestra da educação de verdadeiros “discípulos” está, hoje, na relação entre animação e formação permanente. Mais do que falar de “superior” e “súditos”, é preciso insistir sobre a co-responsabilidade de irmãos em recíproca comunhão e com funções complementares: «a

³⁸ *Const 123.*

vocação comum importa a participação responsável e efetiva de todos os membros na vida e na ação da comunidade». ³⁸ O que não exclui nem a ação de governo nem a atitude de obediência, mas transforma-lhe profundamente o exercício num modo mais compartilhado e ativo.

É evidente que se deve formar cada uma das pessoas para o próprio papel concreto em harmonia com o papel dos demais, em particular no que diz respeito ao superior.

É problemático notar, às vezes, certo distanciamento motivado por prevenções em relação a quem é portador do serviço de autoridade. Para desenvolver este papel não se procura o “chefe-de-esquadra”, mas o pastor que é irmão, amigo e pai.

³⁹ *Const 121.*

Percebe-se, infelizmente, cá e lá, em alguns, certa desorientação quanto ao exercício do papel da autoridade: certa resistência em assumir encargos ou também, em prescindir das exigências da responsabilidade pelo que se renuncia a «promover a caridade, a ordenar o empenho de todos, a animar, orientar, decidir, corrigir». ³⁹ E, às vezes, também o descuido no funcionamento adequado de organismos de participação e co-responsabilidade (conselhos, assembleias, etc.), ou o desconhecimento da facilidade com que algum irmão tende a libertar-se de obrigações explicitamente indicadas (consultas, processo a ser seguido para as nomeações, etc.).

A falta de um reto exercício da autoridade influi, de certo, negativamente sobre a disciplina religiosa. Um superior que interpretasse o seu papel com uma mentalidade de “complexado”, com uma visão superficial de democraticismo, reduziria a comunidade

religiosa a uma convivência desorganizada, fazendo-a perder a justa direção na projeção pastoral e a vitalidade orgânica na comunhão; não influiria para que se evitassem os individualismos.

Deve interessar a cada um dos membros o papel do outro e, em particular, deve interessar-lhe a função coordenadora de quem exerce o serviço da autoridade. Trata-se de uma recíproca indispensável ajuda a ser incrementada num clima de sincera fraternidade. O esforço por parte de todos para cultivar tal coordenação tornou-se uma prioridade daquela metodologia espiritual que faz das comunidades um núcleo de amigos-irmãos harmonicamente dedicados a uma mesma missão.

Fazer comunidade não é apenas estar juntos, mas também apreciar e tornar complementares os papéis de uns e de outros, dando um lugar privilegiado ao exercício da autoridade.

9. Temas para um exame de consciência

O argumento da disciplina religiosa não é abstrato e vago. Ele se refere a aspectos muito concretos, precisados pela tradição salesiana e pela nossa Regra de vida. Vale a pena, pois, de vez em quando, fazer um exame de consciência pessoal e um escrutínio comunitário.

Indicarei, aqui, alguns temas geradores de um exame de consciência sobre o que se refere à nossa disciplina religiosa. São eles: a) a vigilância ascética da pessoa; b) a prática dos conselhos evangélicos; c) as exigências da vida comum; d) a co-responsabilidade; e) o projeto educativo pastoral.

a) A vigilância ascética da pessoa. A nossa vida espiritual tem sempre dois aspectos complementares, que não se identificam, mas jamais se separam; acompanham-se constantemente no espaço de toda a existência. São eles, o aspecto místico e o aspecto ascético. O primeiro é participação viva no alegre mistério do amor de Deus e de Cristo ressuscitado; o segundo evidencia o esforço redentor de colaboração com Cristo na luta contra o pecado; e é indispensável para fazer com que o primeiro possa ser realizado em nossa condição humana.

Preocupar-se em garantir a consistência deste segundo aspecto, que implica o empenho da própria vontade, não constitui realmente uma espécie de concessão ao pelagianismo, mas é um prolongamento em nós das concretas exigências históricas da encarnação redentora vivida por Cristo.

Na vida consagrada sempre se deu especial importância à práxis ascética, sobretudo entre os monges (o “mosteiro” chamava-se também “ascetério”). Existem, certamente, vários tipos de ascese, não só segundo os diferentes carismas, mas também em consideração da concepção antropológica dos tempos e culturas diversos.

Nós salesianos temos um carisma especial de vida apostólica, e o vivemos num momento em que, segundo as ciências antropológicas, pode-se falar de uma nova tipologia cultural. A ascese da nossa espiritualidade tem, por isso, uma mentalidade específica que deve ser hoje cuidada e intensificada; e isto a partir da pessoa de cada um; de suas convicções, de suas reflexões sobre o espírito salesiano, de seu confronto sincero com a Regra de vida.

Dom Bosco “modelo”⁴⁰ lança raios de luz a respeito.

⁴⁰ *Const 21.*

No famoso sonho do Personagem dos 10 diamantes⁴¹, ele acena à nossa “mística” nos diamantes colocados sobre o peito, centrados no “da mihi animas”, ou seja, sobre a caridade pastoral acompanhada da forte vitalidade das outras duas virtudes teologais; e se detém atentamente em nossa “ascese” nos diamantes das costas e, sobretudo, nos dois diamantes colocados sobre os ombros, que sustentam todo o manto. Estes dois diamantes são como que o fecho entre os aspectos místico e ascético, traduzindo-os ao mesmo tempo na vida quotidiana como “trabalho e temperança”.

⁴¹ *cf. ACS 300, abril-junho de 1981.*

Não é o momento, aqui, de desenvolver seus ricos conteúdos mas, sim, de indicar sua importância espiritual: trata-se de um tema verdadeiramente fecundo para nós. O artigo 18 das Constituições oferece uma síntese pela qual se orienta o relativo exame de consciência. Vê-se logo que se trata, aqui, de uma disciplina “espiritual”, não medida simplesmente pela observância de uma determinada norma; não se trata, com efeito, de um artigo simplesmente “disciplinar” – como dizíamos acima – do qual se possa ser dispensado, ainda que só por exceção, mas de uma dimensão da santidade salesiana.

O escrutínio a fazer refere-se, pois, antes de tudo a uma atitude evangélica de fundo, em que se poderão inserir também normas concretas, ainda que pequenas, que, no entanto constituem a dimensão concreta do quotidiano.

b) A prática dos conselhos evangélicos. Um importante tema gerador de especial vigilância ascética é

o da prática dos três conselhos evangélicos emitidos como votos na Profissão religiosa: a obediência, a pobreza, a castidade. Eles exprimem a radicalidade com que desejamos ser “discípulos” do Senhor.

A grande disciplina religiosa concretiza-se aqui em atitudes permanentes, bem determinadas na regra de vida: «Seguimos Jesus Cristo e participamos mais estreitamente do seu aniquilamento e da sua vida no Espírito».⁴²

⁴² Const 60.

– *A OBEDIÊNCIA*. No sonho do Personagem dos 10 diamantes Dom Bosco coloca a obediência no centro do quadrilátero das costas; para nós religiosos de vida apostólica, com um carisma totalmente caracterizado pela missão, a obediência tem uma prioridade que orienta toda a vida consagrada. Vale a pena que nos examinemos atentamente considerando os artigos da Regra que tratam deste voto; com ele revivemos – «com espírito livre e responsável» – «a obediência de Cristo, cumprindo a missão que nos é confiada»;⁴³ colocando nossas qualidades e nossos dons «a serviço da missão comum»;⁴⁴ «em vez de fazer obras de penitência, diz-nos Dom Bosco, fazei as da obediência»;⁴⁵ e nesta ótica cultivamos um colóquio fraterno com o superior⁴⁶ para confrontar existencialmente a nossa fidelidade à Profissão e a maneira de realizar a missão comum.

⁴³ Const 64.

⁴⁴ Const 69.

⁴⁵ Const 71.

⁴⁶ cf. Const 70.

⁴⁷ cf. Const 16.

E o superior, num clima de família,⁴⁷ estará «no centro da comunidade, irmão entre irmãos, que lhe reconhecem a responsabilidade e autoridade».⁴⁸

⁴⁸ Const 55.

No atual contexto cultural que circunda a vontade humana e a sua liberdade com um clima de auto-realização, de auto-gestão, de protagonismo individual, o discípulo de Cristo obediente deverá convencer-se de que deve aperfeiçoar a sua liberdade *como consagra-*

do; deve-o fazer “pessoalmente”, e jamais “individualisticamente”.

De aqui a importância de uma obediência profundamente convicta, que empenhe as «forças de inteligência e vontade, os dons de natureza e graça».⁴⁹

⁴⁹ *Const 67.*

– A *POBREZA* do salesiano, como “discípulo” de Cristo, tem um realismo próprio muito prático e também uma modalidade original de realização. Refletimos sobre ela numa recente circular⁵⁰ aprofundando o projeto evangélico de nossa Regra de vida. Indicamos também sugestões para um “scrutinium paupertatis” (precisado com um apelo do Ecônomo geral numa intervenção muito prática); graças a Deus, não poucas comunidades já realizaram exames frutuozos a respeito.

⁵⁰ *ACG 345, julho-setembro de 1993.*

Há aqui toda uma grande disciplina religiosa – acompanhada de normativas até mesmo detalhadas – que garante a radicalidade da seqüela do Senhor.

Uma pobreza rica de iniciativa e de desapego do coração, que se serve dos bens de forma generosa, segundo a própria missão a serviço dos pobres. «Lembraivos bem – diz-nos Dom Bosco – que tudo o que temos não é nosso, mas dos pobres; ai de nós se não fizermos bom uso disso».⁵¹

⁵¹ *Const 79.*

Não esqueçamos o que nosso Pai deixou escrito em seu Testamento espiritual: «Quando começarem entre nós comodidades ou fartura, nossa pia sociedade terá terminado sua carreira».⁵²

⁵² *Constituições de Sociedade de S. Francisco de Sales.*

– A *CASTIDADE* entre nós é «a virtude que se deve cultivar de modo todo particular» (Dom Bosco). «A nossa tradição considerou sempre a castidade como virtude irradiante, portadora de mensagem especial para a educação da juventude».⁵³

⁵³ *Const 81.*

54 Const 82. Ela comporta uma disciplina pessoal e comunitária não indiferente. A prática da castidade atinge, de fato, «inclinações das mais profundas da natureza humana»;⁵⁴ ela «liberta e potencia a nossa capacidade de fazer-nos tudo para todos. Desenvolve em nós o sentido cristão das relações pessoais, favorece amizades verdadeiras e contribui para fazer da comunidade uma família».⁵⁵

55 Const 83. Sabemos que os votos que professamos constituem três aspectos complementares de uma única atitude de fundo: o dom total de si ao Senhor, tendo em vista da missão. Pode-se, de fato, experimentar mais concretamente a realidade e a totalidade deste dom na sinceridade e na alegria com que vivemos o nosso celibato pelo Reino: «os conselhos evangélicos, favorecendo a purificação do coração e a liberdade espiritual, tornam solícita e fecunda nossa caridade pastoral».⁵⁶ Tanto mais se pensarmos que uma atitude conatural ao Sistema Preventivo é a de “fazer-nos amar” como sinais e portadores do amor do Senhor aos nossos destinatários. Um cuidadoso e contínuo exame de consciência sobre isto garante a radicalidade não só da castidade, mas também da pobreza e da obediência.

56 Const 61. A disciplina da guarda do coração é um aspecto ascético fundamental que defende e promove a Aliança da consagração; é um aspecto religioso indispensável a ser cuidado quotidianamente porque «a castidade não é conquista feita de uma só vez por todas. Tem momentos de paz e momentos de prova».⁵⁷

57 Const 84. De aí a necessidade de cultivar determinadas atitudes e recorrer a meios práticos e apropriados numa sociedade edonista, caracterizada pela pseudo-libertação do sexo. É preciso a máxima sinceridade consigo

mesmo sobre os afetos e também a coragem de cortar desde o início certas compensações desviantes.

As Constituições oferecem-nos um quadro sobre o que nos examinar:

- viver no trabalho e na temperança;
- praticar a mortificação e a guarda dos sentidos;
- servir-se discreta e prudentemente dos instrumentos de comunicação social;
- não descuidar dos meios naturais que servem à saúde física e mental;
- intensificar a união com Deus na oração;
- alimentar o amor por Cristo na mesa da Palavra e da Eucaristia;
- freqüentar sinceramente o sacramento da Reconciliação;
- abrir-se a um guia espiritual;
- orientar-se constantemente pelo exemplo de Dom Bosco;
- recorrer com filial confiança a Maria Imaculada e Auxiliadora.⁵⁸

⁵⁸ cf. *Const 84*.

c) As exigências da vida comum. A opção comunitária é elemento essencial de nossa consagração religiosa. A comunidade não é uma realidade acabada, mas uma tarefa a ser realizada todos os dias. Justamente o recente documento vaticano dedica um capítulo à “comunidade religiosa *lugar onde nos tornamos irmãos*”. Nossa comunidade salesiana tem uma originalidade e um estilo próprios, que é preciso saber conservar e incrementar. A Regra de vida oferece-nos vários elementos importantes com vista a seu ordenamento específico.

Com o CG23 indicou-se também o “dia da comunidade”, que, periodicamente, pode facilitar um cuidadoso exame de consciência sobre este ponto vital.

⁵⁹ *Const 50.*

⁶⁰ *cf Const 51.*

Os vínculos para viver e trabalhar juntos em comunhão de irmãos são «a caridade fraterna, a missão apostólica e a prática dos conselhos evangélicos»,⁵⁹ ou seja, os mesmos componentes de nossa consagração⁶⁰ a serem assumidos e cuidados “pessoalmente” – como já dissemos – sem “individualismos”.

⁶¹ *Const 51.*

Nossa comunidade apostólica «se caracteriza pelo espírito de família que anima todos os momentos de sua vida: trabalho e oração, refeições e tempos de lazer, encontros e reuniões. Em clima de fraterna amizade comunicamo-nos alegrias e dores, e partilhamos co-responsavelmente experiências e projetos apostólicos».⁶¹

Deve-se rever e garantir, de maneira particular, a dimensão comunitária da oração, tão fundamental e vital para a construção de uma comunidade cujos vínculos não procedem nem da carne nem do sangue.

Para construir a comunidade é preciso sem mais uma metodologia que treine para a bondade, o perdão, a amizade em casa, às virtudes sociais da convivência, à comunicação, à prática dos conselhos evangélicos em relação à mesma comunidade; e que meça sua fraternidade também no crescimento de comunhão com a Igreja local, com a Família Salesiana e, em particular, com os fiéis leigos que nos são mais próximos.

⁶² *cf. Const 44.*

d) A co-responsabilidade. A dimensão comunitária de nossa disciplina religiosa deve saber incrementar cotidianamente a co-responsabilidade. O sujeito primeiro da missão salesiana é a comunidade inspetorial e local;⁶² deve-se, por isso, refletir juntos e

rever juntos a atividade e a eficácia de nossa presença no território.

Dever-se-á fazer, pois, um exame de consciência a respeito do exercício da autoridade e do projeto apostólico da comunidade. Cada irmão deve sentir-se “membro” com funções complementares à dos demais, em verdadeira sintonia com o superior, que é um membro que trabalha «co-responsavelmente para a missão apostólica».⁶³

⁶³ *Const 175.*

A co-responsabilidade se traduz em participação ativa e séria nos vários níveis em que se estende a dimensão comunitária: a vida e a atividade da casa, a participação em determinados empenhos e iniciativas inspetoriais e também a colaboração sincera em atividades especiais do Reitor-Mor com o seu Conselho (como, por exemplo, a consulta para a escolha dos responsáveis de governo, *Const.* 123).

Será conveniente examinar nível por nível para promover e purificar a disciplina da co-responsabilidade.

e) O projeto educativo-pastoral. À primeira vista poderia parecer que a consideração de um projeto operativo não entre no âmbito de um exame de consciência sobre a nossa disciplina religiosa. Entretanto, diz-lhe respeito, quer porque a nossa vontade de renovação se concentra em grande parte no projeto, quer porque a própria disciplina como atitude espiritual não se refere somente à prática de normas, mas também ao despertar da criatividade, do espírito de iniciativa e da co-responsabilidade em determinados espaços de nossa missão.

Como vimos, somos chamados a educar e a evangelizar comunitariamente; o CG23 recordou-nos

⁶⁴ CG23 n. 215 e ss.

de forma muito concreta os empenhos operativos da comunidade,⁶⁴ que deve apresentar-se como um “sinal de fé”, uma “escola de fé” e um “centro de comunhão e participação”, o que exige sem mais dos irmãos não poucas atitudes de disciplina espiritual, concretizadas em programas adequados de formação permanente.

⁶⁵ Reg 5.

Por outra parte, colocar em prática o art. 31 das Constituições, a fim de colaborar na Igreja tendo em vista a nova Evangelização, é deixar-se guiar pelas indicações normativas do segundo capítulo dos Regulamentos gerais: os artigos de 4 a 10, que oferecem um exigente panorama de revisão. Como fazer, então, com que a comunidade seja, de verdade, «núcleo animador»⁶⁵ da mais vasta comunidade educativo-pastoral?

A mesma elaboração do “projeto” exige presença e “co-responsabilidade”, que se prolonga depois num sincero e constante empenho de realização e de revisão. Com efeito, ativar o projeto exige disciplina de colaboração; ou seja, que cada um realize com dedicação e competência a própria parte, dela prestando contas a quem se deve; que não assuma de forma independente da comunidade (do superior) empenhos que o afastem ou limitem na realização do projeto.

Deste modo, preparar-se para realizar um escrutínio atualizado sobre a nossa disciplina religiosa levamos até o centro vivo da renovação pós-conciliar onde, com o aprofundamento da índole própria do nosso carisma, abrem-se horizontes mais vastos para tantos termos e conceitos usados de hábito em forma redutiva, como “consagração”, “missão”, “comunidade”, “votos”, “fraternidade”, “autoridade”, “formação”, etc. Entre esses termos há também o conceito de “discipli-

na”, elevado ao nível espiritual de agir como “discípulo” convicto e fiel, empenhado em viver e incrementar o carisma do Fundador.

Qual seria hoje, então, o perigo de “indisciplina” para um irmão, para uma comunidade, para uma Inspetoria, para a Congregação?

Além da não-observância de normas precisas da Regra de vida, por exemplo, a respeito da prática dos conselhos evangélicos, dever-se-ia sublinhar a preguiça ou o descuido em assumir as novas órbitas conciliares nas quais nos lançaram os últimos Capítulos gerais. As racionalizações para desculpar-se da lentidão em seguir as linhas concretas da renovação escondem uma carência da atitude de “discípulo”, porque se tornou distraído por outras curiosidades, ou estático nos hábitos, ou enfraquecido na comunhão mundial do próprio carisma.

Quem assimila as grandes linhas renovadoras, já verificadas e aprovadas pela renovada Regra de vida, testemunha convicções pessoais e comunitárias que se traduzem em disciplina operativa.

10. José e Maria

Concluamos estas reflexões sobre o valor da disciplina religiosa recordando o exemplo de José (em cuja festa concluí a circular) e de Maria, e também o testemunho dos Apóstolos.

Jesus, sem dúvida, abalou a observância da Lei segundo os fariseus; não a suprimiu, porém; levou-a a pleno cumprimento: «Eu não vim revogar, mas levá-la à perfeição. Portanto, quem desobedecer a um só destes mandamentos, por menor que seja, e ensinar os

homens a fazer o mesmo, será tido como o menor no Reino de Deus, mas aquele que o cumprir e ensinar, este será tido como grande no Reino de Deus. Porque eu vos digo: se a vossa justiça não superar a dos escribas e fariseus, não entrareis no Reino de Deus».⁶⁶

⁶⁶ Mt 5,17;
19-20.

Não, portanto, à não-observância; mas não também a uma observância com falsa mentalidade legalista. Jesus condena severamente esta última nos fariseus e nos mestres da lei: «Ai de vós, hipócritas! Pagais o dízimo da hortelã, do funcho e do cominho, mas desobedeceis aos pontos mais importantes da lei: a justiça, a misericórdia e a fidelidade».⁶⁷

⁶⁷ Mt 23,23.

Podemos admirar o verdadeiro significado da observância da Lei em José e Maria, que se dirigem ao templo para a purificação e a apresentação do primogênito.⁶⁸ A razão imediata deste gesto dada pelo hagiógrafo é a prescrição da Lei. Isto, porém, transforma-se, na prática, numa mediação providencial que faz entrever a realidade insondável da Nova Aliança. A observância da Lei resulta a serviço de valores superiores que fazem com que José e Maria descubram um panorama de graça: o mistério do templo e o início de uma nova liturgia; a alegria profética de Simeão e de Ana, agradecidos a Deus pela fidelidade à Promessa, que se tornam anunciadores de sua realização numa nova Aliança; a misteriosa perspectiva sacrificial no futuro da vida de Jesus, inserida na oferta deste primogênito (o primogênito era considerado memorial da libertação da escravidão) que levará a cumprimento a história da salvação, ulterior especial manifestação do alto para dar um sentido especialíssimo à existência de Maria e de José, escolhidos para cuidar com solícito afeto dAquele que será a luz dos povos e a

⁶⁸ cf. Lc 2,22-24.

meta ardentemente desejada de toda a sofrida aventura humana.

A leitura imediata deste acontecimento de observância à lei pode servir para iluminar as novas perspectivas de toda a disciplina cristã. Recordávamos acima a singular maravilha de alguns observadores contemporâneos de Jesus que, ao verem os discípulos de João e os dos fariseus jejuarem enquanto os de Jesus não o faziam, lhe perguntarem o porquê. E a resposta referiu-se à presença do Esposo;⁶⁹ era o momento da passagem da antiga à nova Aliança, e «não se coloca vinho novo em odres velhos».⁷⁰

⁶⁹ cf. *Mc 2,18ss.*

⁷⁰ *Mt 9,17.*

Existe na nova Aliança um outro tipo de obediência a Deus e de exercício ascético muito mais comprometedor e radical. Jesus mesmo o ensinou e viveu até o derramamento de seu sangue.

Tudo se projeta numa órbita sacrificial durante a apresentação do menino Jesus ao templo: a oblação de si a Deus em atitude filial. O que comporta necessariamente uma atitude permanente de ascese contra todo egoísmo, que ultrapassa as normas legais, mas as inclui e santifica, envolvendo também as disposições disciplinares próprias de um genuíno projeto de discipulado. A órbita sacrificial da vida cristã faz com que cada um tome a sua cruz para, de verdade, seguir a Jesus.

Os apóstolos entenderam com perfeição o sentido concreto de ser discípulos e levaram o próprio testemunho até ao martírio.

São Paulo aprofundou a necessidade dessa atitude ascética, dada também a presença do velho Adão em cada um: desejaríamos o bem, mas depois não o realizamos; contudo «estamos empenhados em não seguir a voz do nosso egoísmo, mas a do Espírito».⁷¹

⁷¹ *Rm 8,12.*

O Apóstolo, por isso exorta os fiéis a se empenharem como atletas que correm no estádio; para vencer é preciso adestrar-se: «sabeis que todo atleta, se priva de tudo durante seu adestramento, para ter como prêmio uma coroa que se acaba; e nós para ter uma coroa que dura para sempre. Por isso, eu corro no rumo certo e luto sem dar golpes no ar. Mas castigo o meu corpo e o domino para que não venha a ser reprovado depois de ter pregado aos outros». ⁷²

⁷² 1Cor 9,25-27.

Tal atitude foi sempre viva na vida da Igreja. Particularmente na multissecular experiência da Vida religiosa, a práxis ascética, confirmada expressamente por uma Regra de vida adaptada a cada um dos carismas, é um aspecto constitutivo da seqüela de Cristo. A validade e a importância da observância não é calculada com a medida do pecado, mas com a medida da coerência do discípulo que ama. As Constituições renovadas não se concluem mais, como antigamente, com um artigo dedicado a declarar, com preocupação legal discutível, que “as presentes regras não obrigam, por si mesmas, sob pena de pecado, mas sublinham a concreta “Aliança” da profissão e as suas exigências de fidelidade. A Aliança implica, da parte de Deus, o dom da graça da consagração; ela dá a força que torna possível a prática integral da Regra de vida. E, da parte do consagrado, comporta a oferta total de si, não simplesmente com a emissão dos votos, mas com a assunção global de todo o projeto evangélico do Fundador. O texto da Regra agora termina assim: «meditamos (as Constituições) na fé e comprometemo-nos a praticá-las. São para nós, discípulos do Senhor, um caminho que nos leva ao Amor». ⁷³

⁷³ Const 196.

Trata-se de um caminho experimentado e aprovado por tantos irmãos santos e autenticado pela específica autoridade da Sé Apostólica.

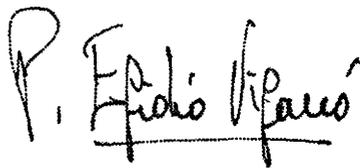
Que o Espírito do Senhor nos ajude a entender toda a renovação trazida pelo Concílio Vaticano II a respeito da Vida religiosa hoje; ela será certamente aprofundada e relançada pelo próximo Sínodo ordinário de outubro.

O convite feito com esta circular para refletir sobre a disciplina religiosa leve-nos a maior seriedade de empenho, a mais consciente co-responsabilidade e a mais alegre comunhão de vida.

A Auxiliadora, com sua solícitude materna, obtenha para nós a intensificação da especial Aliança que temos com o Senhor, tornando-nos mais coerentes e generosos também na prática da ascese salesiana.

Uma cordial saudação a todos em união de orações.

Cordialmente em Dom Bosco,



P. Felício Viana

2. ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES

2.1 «FORMAÇÃO PERMANENTE PARA OS MISSIONÁRIOS SALESIANOS»

Pe. Luciano ODORICO

Conselheiro Geral para as Missões Salesianas

Agrada-me oferecer à Congregação um breve relatório sobre algumas iniciativas de *formação permanente* promovidas pelo Dicastério para as Missões Salesianas, iniciativas levadas a termo nos diferentes Continentes nestes últimos três anos.

Fez-se um esforço para apoiar a formação permanente como momento privilegiado de reflexão sobre a práxis missionária, à luz dos recentes documentos missiológicos da Igreja universal, com o objetivo de chegar a uma verdadeira renovação da atividade missionária salesiana.

Limitar-me-ei aos pontos essenciais relativos à origem, método, conteúdos principais e conclusões desta experiência de formação permanente.

1. Origem

Na *programação* do Dicastério para o sexênio 1990-96, a *área de aprofundamento doutrinal* foi escolhida como linha privilegiada. Esta compreendia dois *objetivos*:

- aprofundar a relação evangelização – inculturação;
- aprofundar a relação implantação do carisma salesiano – inculturação.

Indicavam-se também os níveis mundial e continental nos quais realizar iniciativas de encontros de reflexão sobre a área indicada.

Sublinhava-se também, no mesmo programa do sexênio, a *área da formação inicial e permanente dos missionários*. Propunham-se nela sobretudo os *objetivos* de:

– melhorar a qualidade da formação permanente dos candidatos às missões;

– acompanhar a formação inicial e permanente à luz da inculturação.

Fazia-se menção aos *meios*, referindo-se sobretudo a encontros nos diversos territórios, seminários continentais, além do envio de material sobre missiologia e atividade missionária.

Fez-se, com vista à realização concreta dessas iniciativas, uma opção pela descentralização. Foram por isto programados sete seminários em nível continental:

– Quatro na *América Latina*:

- *Evangelización y cultura en el contexto de Pastoral Mapuche*, Ruca Choroi (Argentina), 18-22 de março de 1993.
- *Evangelización y cultura en el contexto de Pastoral Andina*, Cumbayá (Equador), 29 de março a 2 de abril de 1993.
- *Evangelización y cultura en el contexto de Pastoral Amazónica*, Cumbayá (Equador), 20-25 de setembro de 1993.
- *Evangelización y cultura en el contexto de Pastoral Mesoamericana*, Ayutla (México), 17-20 de janeiro de 1994.

– Dois na *Ásia*:

- *Seminar on Evangelization & Inter-religious dialogue*, Hyderabad (Índia), 7-11 de março de 1994.
- *Seminar on Evangelization in context of other religions and secularization in the Far East*, Batangas (Filipinas), 12-18 de março de 1994.

– Um para o *Oriente Médio*:

- *Pastorale Salesiana in contesto Islamico*, Cairo (Egito), 4-9 de março de 1993.

Todos esses encontros foram realizados, exceto o do Oriente Médio, que não pôde ser efetuado por razões de segurança política.

Foram igualmente realizados diferentes encontros na África, sobretudo à luz dos documentos de preparação à Assembléia do Sínodo dos Bispos para a África. Sobre esses encontros já informei no nº 339 dos ACG.

Prevê-se ainda para 1995 um semestre acadêmico de Missiologia na UPS, oferecido a SDB-FMA que atuam em território de missão.

2. Método

A convocação, preparação e realização dos encontros são realizados de comum acordo pelos dois Dicastérios para as Missões salesianas (SDB e FMA). Isto tem facilitado a organização em nível continental e local. No conjunto tomaram parte cerca de 500 Salesianos e Filhas de Maria Auxiliadora num clima positivo de reciprocidade, fraternidade e partilha do mesmo carisma missionário salesiano.

Cuidou-se também das publicações (quatro já concluídas) dos atos dos diversos encontros com o objetivo não só de conservar a memória dos *dossiês* com as informações, conferências de aprofundamento e conclusões, mas também de atingir um número mais significativo de agentes missionários salesianos.

3. Conteúdos principais

Os conteúdos foram fixados à luz dos principais objetivos da *área de aprofundamento doutrinal* indicados anteriormente no programa do sexênio.

Para os diferentes contextos da América Latina o tema central foi: *evangelização e cultura* à luz da atual práxis missionária salesiana, da encíclica *Redemptoris missio* e do documento da Assembléia Episcopal de *Santo Domingo*.

Para a Ásia e para o Oriente Médio a temática foi: *evangelização e diálogo inter-religioso* à luz da práxis missionária salesiana, da *Redemptoris Missio* e do documento da Santa Sé sobre *Diálogo e Anúncio*.

Já mencionei que os encontros na África tiveram como tema central a *evangelização* à luz dos “Lineamenta” e “Instrumentum laboris”, subsídios predispostos para a primeira Assembléia do Sínodo dos Bispos para a África.

Quais foram os pontos mais salientes da reflexão feita em comum? Esquemáticamente eis alguns deles:

3.1 Evangelização e culturas

– Uma autêntica evangelização inculturada implica um duplo movimento descendente e ascendente, como imersão da mensagem cristã numa determinada cultura, e transformação da mesma em valores e opções de fé cristã.

– Gradualidade, sentido de processo, atitude de paciência na experiência de uma evangelização inculturada.

– Sentido de comunhão eclesial universal e local nas iniciativas de inculturação.

– Peculiaridade da espiritualidade e pedagogia salesiana (fidelidade ao Magistério, proximidade e partilha da cultura dos destinatários, atitudes de bondade e simplicidade) na inculturação do carisma salesiano.

3.2 Evangelização e diálogo inter-religioso

– Acentuação da validade e da urgência da evangelização para os não cristãos.

– Afirmção da distinção entre evangelização e diálogo inter-religioso, e de sua relação recíproca.

– Necessidade de harmonizar o entusiasmo pelo primeiro anúncio do querigma e a aceitação teológica e pastoral de diálogo inter-religioso.

- Necessidade de uma compreensão atualizada da missiologia do Vaticano II e pós-Vaticano II sobre esta temática.
- Acentuação da peculiaridade da figura de Dom Bosco e da sua pedagogia como chave metodológica para um relacionamento positivo entre educação cristã e educação em contexto de outras religiões.

3.3 Limites

Encontraram-se também nesses diferentes encontros sérios limites na renovação da práxis missionária salesiana. Eis alguns deles:

- Falta de atualização teológica e pastoral.
- Fechamento cultural e psicológico às mudanças exigidas pela nova missiologia.
- Ativismo exagerado, por vezes superficial, com pouco sentido de projeção pastoral.
- Falta de uma profunda espiritualidade salesiana missionária.

4. Conclusões

Todos estes encontros se concluíram com uma sessão especial dedicada às *Conclusões e linhas operativas*. Trata-se naturalmente de conclusões de um seminário, e portanto entendidas como conclusões de uma reflexão comunitária e sugestões para uma renovada práxis missionária.

Para uma visão completa deste importante capítulo envio às últimas páginas dos textos já publicados ou em via de publicação.

Desejo, contudo, sublinhar *algumas constantes* presentes em quase todos os encontros como linhas de futuro. As urgências individuadas são principalmente as seguintes:

- Um novo impulso de primeira evangelização na Ásia e na África.
- Uma nova qualidade (por conteúdos e método) de re-evangelização entre as etnias da América Latina.

– A aceitação inteligente e alegre das diferentes culturas para uma profunda inculturação do Evangelho.

– Uma adequada preparação para enfrentar com competência o diálogo inter-religioso, seja com as grandes religiões históricas (especialmente na Ásia), seja com as religiões tradicionais orais (especialmente na África).

– Um discernimento e acompanhamento particular das vocações indígenas e dos candidatos de recente evangelização.

– A importância de um projeto pastoral missionário para uma mesma área de intervenção.

– Uma melhor qualidade da pedagogia e do espírito salesiano como método e inspiração do nosso estilo missionário.

Com insistência foram dadas também sugestões para encontros mais freqüentes em nível continental, nacional e inspetorial.

Gostaria de concluir esta breve intervenção sublinhando que os encontros demonstraram boa saúde atual das Missões salesianas no mundo, quase total acatamento de uma missiologia atualizada por parte de SDB-FMA (embora com diferentes níveis de preparação) e alegria com que se vive a própria experiência missionária.

Que Nossa Senhora Auxiliadora, guia e patrona das nossas Missões, faça com que essas iniciativas de formação permanente representem uma renovação pastoral e espiritual para os nossos missionários.

2.2 «PEDIR LICENÇAS»

Pe. Omero PARON

Ecônomo geral

O argumento que apresentarei de maneira breve, coloca-se entre os aspectos que dizem respeito à nossa pobreza (cf. carta «E Maria depositou-o numa manjedoura», em ACG 345) e se relaciona também com a circular do Reitor-Mor sobre a «vida e disciplina religiosa» no presente número dos ACG.

Desta vez não vou procurar convencer, como tentei com o “pres-tar contas”, que *pedir licenças* é belo. *Pedir licenças* aborrece um pouco a todos. Parece que falta confiança em relação a nós ou que só tenha bom senso quem está autorizado a dar licenças. Olhando, talvez, em casa entre nós, dizendo assim se exagera, dado que o «espírito de família e de caridade... inspira relações repassadas de estima e confiança recíproca» (*Const.* 65).

Não me detenho a raciocinar sobre todas as vezes em que é preciso *pedir uma licença*. E nem mesmo sobre todas aquelas que dizem respeito à esfera econômica. Corremos o risco de nos empantanarmos na casuística e não mais sairmos dela. Esta intervenção limita-se a dizer alguma coisa sobre as licenças *em ordem à propriedade imobiliária*.

Iniciamos de longe. A Igreja católica tem o direito originário de adquirir, conservar, administrar e alienar os bens temporais necessários para conseguir os próprios fins (cân. 1254 §1). E sabe-se quais são:

- a organização do culto divino;
- o digno sustento do clero e dos outros ministros;
- o exercício das obras de apostolado e de caridade, especialmente em favor dos pobres (cân. 1254 §2).

Na Igreja, a propriedade dos bens pertence à pessoa jurídica que os adquiriu de modo legítimo; essa propriedade é sujeita à autoridade do Romano Pontífice (cân. 1256).

Nós, Sociedade Salesiana, constituídos como pessoa jurídica pública eclesiástica (cf. cân. 116 §1), encontramos-nos dentro desta realidade de “Igreja” (cân. 1258). Temos, portanto, capacidade de adquirir, possuir, administrar e alienar bens temporais segundo a norma do direito (cân. 1255). Ou seja, nós temos direito de adquirir etc. enquanto participamos da missão da Igreja, estamos submetidos a suas leis, agimos em seu espírito, em comunhão e sob o controle da hierarquia eclesiástica. E é natural, portanto, que em nosso agir nos encontremos diante de normas que regulam o bom uso dos bens de que nos servimos; normas que colocam limites, além dos quais é preciso *pedir licenças*.

Não há tanto com que preocupar-se antes do tempo, mesmo porque as Constituições vêm-nos em auxílio e limitam o pedido a poucas embora importantes operações. Das cinco introduzidas com tanta solenidade por *Const. 188* – «É necessária a autorização do Reitor-Mor com o consentimento de seu Conselho» – interessa-nos neste escrito apenas três delas. Ou seja, os pontos:

1. adquirir, alienar, permutar, hipotecar, alugar bens imóveis;
3. aceitar a título oneroso heranças, legados ou doações;
5. construir edifícios novos, demolir os existentes ou realizar neles transformações importantes.

Se o valor da operação superar o limite determinado para cada Inspetoria (ver *Const. 189*), a licença é pedida ao Reitor-Mor e seu Conselho; se não o supera, o Inspetor é competente e a licença, portanto, deve ser pedida ao Inspetor e seu Conselho.

Const. 188 sugere que todos os pedidos sejam acompanhados de «documentação adequada». Na prática quer dizer que é preciso transmitir:

1. o pedido do Inspetor/Diretor no qual se explicam os motivos, a conveniência ou outras notícias inerentes à operação requerida;
2. o extrato da ata do Conselho inspetorial/local, de onde resulte o assunto em questão e onde seja expresso o parecer com a votação do Conselho.

Em particular, além disso:

- a) se o pedido diz respeito à construção de imóveis, é preciso:
 - anexar os desenhos dos planos de construção com a relativa relação técnica;
 - conhecer o plano de despesa e amortização, isto é, como se enfrentarão tais despesas;
- b) se se trata de compra de imóveis, é preciso:
 - anexar planta planimétrica;
 - determinar a importância prevista, com quais meios será paga e por quem;
- c) se se deve proceder à venda ou doação, será preciso:
 - assinalar o que se vende ou se doa;
 - declarar o lucro presumível e o uso que se fará do dinheiro lucrado;
- d) se se pede uma locação de imóveis, é bom:
 - conhecer quais as partes locadas e que uso o locatário fará delas;
 - saber a duração do contrato e qual o valor da locação.

Tudo aqui? Sim, tudo aqui. Admiro-me, eu também, como algumas vezes alguém tenha dificuldade em *pedir licenças* pondo em crise os “visitadores” que, esbugalhando os olhos, admiram-se, por sua vez, de encontrar obras já belas e prontas sem grandes licenças. É certo que se salva nos limites com o instituto da “sanatio” pronunciando o áureo “antes tarde do que nunca”. Porém, porém... é melhor prever com antecedência.

4. ATOS DO CONSELHO GERAL

4.1 Crônica do Reitor-Mor

No dia 15 de dezembro de 1993, o Reitor-Mor participou, com os membros do Conselho geral, de uma tarde de estudo e diálogo com a Madre Geral FMA e o seu Conselho.

No dia 31 foi, como tradicionalmente, à Casa geral das FMA para apresentar e comentar a Estréia-1994. Sucessivamente ilustrou a mesma Estréia na casa geral dos SDB.

De 24 a 28 de janeiro de 1994 participou da Semana de Espiritualidade da Família Salesiana, que se realizou em nossa Casa geral.

Logo depois partiu para uma série de encontros: 29 e 30, com os Ex-alunos de Parma e Montechiarugolo, que ofereceram manifestações de grande devoção a Dom Bosco; em Parma foi inaugurada uma quadra esportiva, recordando o inesquecível Dr. Vero Pellegrini; dia 31 em Turim-Valdocco, o Reitor-Mor

tomou parte na festa do nosso Pai e Fundador.

No dia 2 de fevereiro, dia dedicado à vida consagrada, concelebrou com o Santo Padre na basílica de São Pedro.

Partiu, em seguida, para a Etiópia, onde visitou de 8 a 19 de fevereiro, todas as presenças salesianas naquela nação: 7 dos SDB e 4 das FMA. Essas presenças falam claramente da eficácia apostólica e do crescimento vocacional do trabalho dos beneméritos irmãos e irmãs. Acompanhavam-no os Inspetores das duas Inspetorias empenhadas, MOR e ILE, para juntos estudarem os critérios de coordenação no futuro.

Retornando a Roma, presidiu no dia 21 aos funerais do querido Pe. Joseph Aubry, em nossa Casa geral.

Esteve, juntamente com seus dois irmãos, em Sondrio, nos dias 26 e 27 de fevereiro para comemorar o aniversário de morte de sua mãe.

Passou os dias 19 e 20 de março em Codigoro, na Emília, onde tomou parte nas celebrações do 50º aniversário da presença salesiana.

4.2 Crônica do Conselho Geral

A sessão plenária de inverno (oitava do sexênio) desenvolveu-se entre os dias 2 de novembro de 1993 e 7 de janeiro de 1994, com um total de 30 reuniões plenárias, acompanhadas de trabalhos de grupo ou comissão.

Introduzindo a sessão, o Reitor-Mor, recordando o trabalho de avaliação que se está realizando nas “visitas de conjunto” (cinco delas realizadas durante 1993), olhava adiante, para o próximo Sínodo 94, sobre a vida consagrada e, para nós, já em perspectiva do próximo Capítulo Geral.

Como sempre, a sessão comportou um notável trabalho para a realização das práticas “ordinárias”: nomeações nos Conselhos inspetoriais, aprovação de nomeações de Diretores, aberturas e ereções canônicas de casas, práticas econômico-administrativas,

soluções de problemas particulares de irmãos.

A maior atenção foi dada, porém, ao empenho de animação das Inspetorias, sobretudo na reflexão sobre as visitas extraordinárias e à nomeação dos Inspectores, como também a alguns pontos de caráter universal que diziam respeito à Congregação.

Eis, em ordem, os assuntos mais relevantes que foram objeto de reflexão do Conselho:

1. *Nomeações de inspetores.*

Mediante o exame das consultas inspetoriais e um atento discernimento, acompanhado de oração, o Conselho geral procedeu à designação de nove entre Inspectores e Superiores de Visitadoria, para o próximo sexênio. Eis os nomes (em ordem alfabética): Altieri Antonio Carlos para a inspetoria de São Paulo (Brasil), Authier Richard para a visitadoria do Canadá Leste (reconfirmado para um segundo sexênio), Bolkovac Stjepan para a inspetoria da Croácia, Boryczka Piotr para a nova circunscrição do Zâmbia, Breda Valério para a inspetoria de Re-

cife (Brasil), Chemmalakuzhy Stephen para a visitadoria da África Leste, D'Souza Joaquim para a inspetoria de Bombaim (Índia), Hocevar Stanislav para a inspetoria da Eslovênia (reconfirmado para um segundo sexênio), Jacquemoud Marcel para a inspetoria de Lyon (França). Em 5.2 deste número de ACG são apresentados alguns dados anagráficos dos Inspectores nomeados.

2. Relatórios das visitas extraordinárias. Foram seis as inspetorias ou visitadorias visitadas durante o período agosto-outubro 1993, sobre as quais os respectivos visitantes apresentaram o próprio relatório, que permitiu ao Conselho geral refletir sobre a realidade das inspetorias, dando orientações para uma animação sempre mais eficaz. Eis o elenco das inspetorias (ou visitadorias) visitadas: África Meridional, Antilhas, Brasil (Belo Horizonte), Bélgica Sul, Índia (Calcutá), México (México).

3. Relatórios dos Dicastérios. Como em todas as sessões plenárias, os Conselheiros gerais encar-

regados dos diversos setores apresentaram os relatórios das atividades desenvolvidas por eles e seus respectivos "Dicastérios", com a indicação dos problemas observados e as perspectivas futuras. Estes relatórios constituíram um momento oportuno de conhecimento e de partilha, em sede de Conselho, de alguns aspectos importantes da realidade salesiana e do serviço realizado pelos vários Dicastérios.

4. O Capítulo Geral 24^o. Embora faltando ainda mais de dois anos para o próximo Capítulo Geral, o Conselho Geral começou a examinar os passos requeridos pelos nossos Regulamentos gerais para sua adequada preparação. Em particular, o Conselho fez nesta sessão uma primeira reflexão sobre os possíveis temas para o Capítulo. Partindo da análise da atuação do CG23 e do exame das urgências da Congregação, e com atenção aos estímulos provenientes da comunidade eclesial, foram individuadas algumas áreas, sobre as quais o Conselho voltará a refletir na próxima ses-

são plenária. Entretanto os Regionais poderão ouvir informalmente os Inspetores e seus Conselhos.

5. *Uma nova Circunscrição para o Leste Europeu.* Entre os atos de governo do Conselho, durante a sessão, merece particular relevo a decisão de reunir as presenças salesianas dos países da ex-União Soviética numa circunscrição, para uma maior coordenação e uma animação mais eficaz. Trata-se da “Circunscrição com Estatuto Especial”, em que poderão ser constituídas eventuais “Delegações” para as realidades de cada país. Tendo em vista a ereção da Circunscrição foi promovida uma consulta entre os irmãos interessados.

6. *Temas particulares de estudo.* Como nas sessões anteriores, o Conselho geral dedicou-se ao aprofundamento de alguns temas, surgidos em análises anteriores, visando a vida e a missão da Congregação. Os principais temas desenvolvidos foram os seguintes:

6.1 *A vida e a disciplina religiosa.* Há tempo e de várias partes solicitava-se uma reflexão sobre este aspecto de nossa vida religiosa. O Conselho geral enfrentou-o com o objetivo de evidenciar o seu significado e valor em nossa vida e missão, como também o de indicar alguns critérios de ação, com base num confronto com a realidade de nossas comunidades. A partir de alguns documentos eclesiais e das referências de nossa tradição salesiana, foi individuado o significado geral da disciplina e os seus conteúdos, particularmente para nossa vida religiosa. O discernimento do Conselho se deteve, porém, nas problemáticas que surgem hoje em relação à vida e disciplina religiosa, para daí tirar algumas indicações para a animação e o governo nos diversos níveis.

6.2 *Qualificação dos exercícios espirituais e formação permanente do salesiano.* No contexto do empenho prioritário que o CG23 indicou para o sexênio, a formação e a qualificação dos irmãos, o Conselho

Geral dialogou verificando a experiência dos exercícios espirituais dos Salesianos hoje. Foram particularmente considerados alguns aspectos mais relevantes da situação atual (as expectativas dos irmãos, a finalidade específica dos exercícios na experiência salesiana e as diversas modalidades de realização) chegando a algumas sugestões e propostas: tanto para dar maior qualidade a esta experiência, quanto para estimular e qualificar pregadores e animadores.

6.3 *A “nova educação: uma análise”*. Após dois anos da carta do Reitor-Mor sobre a “nova educação”, o Conselho quis dedicar um momento específico de análise sobre este compromisso em nossas obras salesianas: trata-se de um tema claramente ligado à reflexão do nosso projeto educativo-pastoral, estimulada também pelo CG23. Depois do exame de algumas situações que “exigem atenção”, o Conselho refletiu sobre as seguintes questões: Como educar e educar-nos com vista à nova educação, à integração entre evangelização e

educação? Como proceder no empenho de formar válidas comunidades educativo-pastorais, segundo as orientações das Constituições e Regulamentos (*Const.* 45, *Reg.* 5)? Como passar, em cada Inspeção e nas diversas obras, da teoria à prática, isto é, da projeção à atuação concreta da nova educação? Reconheceu-se, mais uma vez, que o ponto da educação, é um dos essenciais da identidade da Congregação.

6.4 *Projeto leigos: análise e impulso*. O Conselho Geral analisou também este importante compromisso indicado pelo CG23. A partir do estímulo dado pelo próprio Conselho através do documento “Elementos e linhas para um projeto leigos” (cf. ACG 340, 41-51), colocou-se primeiro um trabalho de revisão do caminho realizado nas Inspeções sobre o “projeto leigos”, para em seguida sublinhar alguns “elementos a serem encorajados e sustentados” a fim de continuar mais rapidamente no caminho encetado. Assinalam-se, entre estes, de modo particular: 1) o empenho de encaminhar, nas Inspeções, uma análise sobre a reali-

zação dos Capítulos inspetoriais; 2) o empenho de chegar, por parte de todas as comunidades, a duas prioridades indispensáveis: exprimir um programa de formação dos salesianos e dos leigos e ativar a comunidade educativa em todos os ambientes de pastoral; 3) finalmente, propôs-se examinar a possível realização de reuniões ou congressos de leigos para colher o seu ponto de vista a respeito da colaboração e co-responsabilidade na missão salesiana nas diversas estruturas, tendo em vista a educação dos jovens na fé.

6.5 *O Papel do Regional*, especialmente nas Regiões com atividades e centros interinspetoriais. Trata-se de um tema tipicamente de “animação e governo”, que o Conselho quis aprofundar para tornar sempre mais eficaz a ação dos Conselheiros regionais nas Inspetorias e no interior do mesmo Conselho geral. Partindo das orientações de textos constitucionais e dos regulamentos, foram considerados alguns âmbitos específicos da ação dos Regionais (Regionais e visitas; Regionais e movimentação de

pessoal; Dicastérios e Regionais) e expressaram-se algumas propostas válidas de imediato ou em perspectiva de futuro.

Além destes, surgiram outros temas sobre o governo: o exame e a aprovação do *balanço preventivo* da Direção Geral para 1994, conforme os nossos Regulamentos gerais, e o exame de uma primeira relação, apresentada pelo Conselheiro para a Comunicação social, sobre a *agência salesiana de informação*, encaminhada durante 1993.

Devem-se assinalar ainda durante a sessão, os dois dias de retiro, feitos pelo Conselho nos dias 10 de novembro e 21 de dezembro, que se acrescentaram a outros momentos comunitários de oração. Uma interrupção das reuniões plenárias nos dias 22-27 de novembro permitiu que o Reitor-Mor e alguns Conselheiros participassem do Seminário organizado pela União dos Superiores Gerais sobre “A vida consagrada hoje”, em preparação ao Sínodo de 1994.

Com particular relevo deve ser recordado o *encontro dos dois Conselhos Gerais*, SDB e FMA,

realizado em nossa Casa Geral na tarde de 15 de dezembro '93. O tema escolhido de comum acordo, dizia respeito a uma das prioridades de nossa ação educativa: "*A nossa capacidade de proposta vocacional*". Depois da apresentação de uma pista por parte dos dois Conselheiros para a Pastoral Juvenil, refletiu-se no trabalho em grupos e em assembléia e indicaram-se propostas que respondiam a estas questões: Como podemos comunicar melhor a nossa espiritualidade e fazer com

que os jovens, percebendo no religioso/a um perfil e uma imagem que convençam, sejam atraídos pela vocação? Como ajudar a opção vocacional particularmente nos jovens empenhados? Como estimular a presença dos colaboradores(as) leigos e seu envolvimento na responsabilidade da proposta vocacional? A reflexão sobre o tema pastoral foi acompanhada pela oração comum e pela alegria fraterna, em clima das iminentes festas natalícias.

5. DOCUMENTOS E NOTÍCIAS

5.1 XVII Semana de espiritualidade da Família Salesiana

De 24 a 29 de janeiro de 1994, realizou-se junto ao “Salesianum” em Roma a XVII Semana de espiritualidade da Família Salesiana, promovida pelo Reitor-Mor e animada pelo Dicastério para a Família Salesiana, em colaboração com o Instituto de Espiritualidade da Universidade Pontifícia Salesiana.

Tema da Semana foi a *Estréia* do Reitor-Mor para 1994: “*Prontos para dar as razões da alegria e dos compromissos da Esperança, testemunhando as insondáveis riquezas de Cristo*”. O tema foi aprofundado a partir da perspectiva bíblica e eclesial, com uma referência específica à espiritualidade salesiana, tanto para tomar consciência daquilo que o carisma recebido pede hoje aos membros da Família como testemunhas da esperança, quanto para nele buscar estímulos para a ação educativa.

Numerosos os participantes – 121 ao todo – provenientes de 12 grupos da Família, que deram sua contribuição ativa quer na animação dos vários momentos de oração e fraternidade, quer, sobretudo, nos trabalhos de grupo, aos quais se deu particular relevo no programa da Semana. A Semana foi orientada pelo Conselheiro para a Família Salesiana, Pe. Antonio Martinelli. Moderador das reuniões foi o Pe. Giovanni Battista Bosco. Presentes o Reitor-Mor Pe. Egídio Viganó e a Vigária Geral das FMA Madre Rosalba Perotti.

Eis aqui algumas notícias sobre o desenvolvimento dos trabalhos.

A Semana teve início na tarde de 24 de janeiro, festa de São Francisco de Sales, com a acolhida e a saudação do Reitor-Mor e uma breve apresentação do programa pelo Pe. Antonio Martinelli. Logo em seguida, a primeira relação, feita pelo Pe. Juan Picca, professor da UPS, sobre o tema: *A esperança cristã: perspectiva bíblico-teológica*. A relação ofereceu um

enquadramento do tema, determinando o fundamento e a natureza da esperança cristã, sobretudo a partir da Palavra de Deus revelada, e evidenciando as dimensões essenciais e suas implicações numa reflexão conduzida à luz da fé sobre a vivência da Igreja e sobre os desafios atuais.

O segundo dia foi dedicado ao estudo dos principais *textos sobre a “esperança e otimismo na tradição salesiana”*. Depois de uma introdução do Pe. Francesco Motto, diretor do Instituto Histórico Salesiano, que indicou alguns critérios para a leitura das fontes históricas salesianas, houve a apresentação detalhada de alguns textos sobre a esperança e o otimismo em nossa tradição: em *São Francisco de Sales* (Pe. Valentín Viguera SDB), em *Dom Bosco* (Pe. Francesco Motto SDB), em *Madre Mazzarello* (Ir. Maria Cristina Villegas FMA), no *Padre Rinaldi* (Pe. Pasquale Liberatore SDB e Daniela Voccacci VDB).

No terceiro dia houve o encontro com o Santo Padre que, na Audiência Geral, teve uma palavra de saudação e de encorajamento para

os participantes da Semana. O restante do dia foi dedicado, em grande parte, aos trabalhos de grupo sobre os argumentos já apresentados. Muito interessantes foram as reflexões surgidas nos grupos, e recolhidas depois em assembléia, com referência a algumas determinadas questões: em que consiste e sobre que se fundamentam a esperança e o otimismo? como se manifestam? que lugar ocupam na espiritualidade de nossos Santos e em nossa espiritualidade? Dessas reflexões brotaram válidas indicações que evidenciaram a atualidade da esperança, sugerindo os meios para conservar e aumentar a esperança entre os jovens de hoje.

O quarto dia foi para reflexão e exame da vivência da esperança. Antes de tudo, uma ampla relação do Prof. Mario Pollo, de nossa Universidade Salesiana sobre: *Sinais de esperança e sinais de não-esperança hoje, para leitura sapiencial da realidade hodierna*. Seguiu-se uma interessante mesa redonda, que ofereceu uma leitura da proposta de esperança cristã em diversos contextos geográficos e sócio-religiosos. Três relatores

ilustraram eficazmente estes contextos particulares: a Ásia, apresentada pelo Dr. Oscar Villadolid, embaixador das Filipinas junto à Santa Sé; a América Latina, apresentada pelo Adv. Guzmán Carriquiry, sub-secretário do Pontifício Conselho para os Leigos; e a África, apresentada pelo Pe. Guido Pastore, comboniano, missionário na África. Os grupos refletiram em seguida sobre o tema, individuando quais possam ser as mais impulsivas provocações para a Família Salesiana nas várias áreas geográficas.

O dia 28 de janeiro começou com a densa relação do Pe. Ricardo Tonelli, professor da UPS, sobre o tema: *“Tornar-se homens e mulheres de esperança no estilo da espiritualidade salesiana”*. Relação essa que permitiu perceber as razões da esperança e sugeriu possíveis gestos de esperança, justamente a partir das exigências da nossa espiritualidade, no empenho concreto e quotidiano. Após a relação prosseguiram-se os aprofundamentos da vivência da esperança. Enquanto no dia anterior foram considerados os contextos geográficos, neste quinto dia

foram propostos alguns particulares ambientes de vida: a experiência quotidiana de um jovem (Sr. Marco Belfiori); a família (Sra. Caterina Guarna Verga); a celebração eclesial (Pe. Achille Triacca SDB). À tarde, continuando no mesmo aprofundamento, foram considerados outros ambientes: a ação apostólico-educativa (Srta. Ortensia Barbarino); a ação política (Sr. Antonio Raimondi); a comunidade religiosa (Ir. Luigina Bellomo).

Na mesma tarde, após a conversação sobre as experiências propostas, o Reitor-Mor apresentou a sua reflexão de *comentário à Estréia*. Foi a reflexão conclusiva dos numerosos estímulos surgidos durante a Semana. O Reitor-Mor partiu da compreensão profunda das “insondáveis riquezas de Cristo”, ou seja, do significado autêntico da esperança cristã com as atitudes fundamentais a serem cultivadas, sobretudo na educação dos jovens, para explicar os dois elementos sublinhados pela Estréia: a *“alegria* e os *“compromissos”* da esperança, evidenciando em seguida que o modo concreto de “dar razão” é o do “testemunho”: “chamados a tor-

nar Jesus Cristo contemporâneo!”. “Nos compromissos de educação dos jovens na fé – concluiu o Reitor-Mor – estamos convencidos, também pela experiência destes anos, da importância extraordinária que tem, para tal finalidade, uma concreta espiritualidade juvenil. No interior da espiritualidade juvenil a espiritualidade da ‘esperança’ deve ter evidentemente um lugar de privilégio”.

Na manhã de 29 de janeiro aconteceram as conclusões operativas da Semana, recolhidas nos trabalhos dos grupos. Entre as várias indicações surgidas recordam-se estas em particular:

– *critérios para construir a esperança, para ser homens e mulheres de esperança*: ver os jovens de modo positivo (preenchendo o “gap” existente entre a linguagem deles e o nosso tempo); estar lá onde se encontram os jovens e os outros irmãos; difundir a comunhão e

facilitar a colaboração; viver o dinamismo da consagração; preocupar-se com uma pastoral unitária (também como Família Salesiana);

– *gestos quotidianos de esperança*: voluntariado, solidariedade, oração, perdão;

– *caminhos educativos para fundamentar a esperança*: o caminho do otimismo: ter expectativas sobre os adolescentes e os jovens; o caminho da paciência: saber acompanhar cada qual em seu próprio crescimento; o caminho da responsabilidade: ajudar a assumir responsabilidades na vida (formação para o futuro); o caminho de abertura ao sentido religioso da vida: descobrir e fazer descobrir que Deus habita na vida e nos corações.

São estas algumas indicações da riqueza que representou, também neste ano, a Semana de Espiritualidade no caminho da Família Salesiana.

5.2 Novos Inspetores

Apresentam-se alguns dados relativos aos novos Inspetores ou Superiores de Visitadoria nomeados pelo Reitor-Mor com o seu Conselho durante a sessão invernal de novembro-dezembro 1993.

1. *ALTIERI Antonio Carlos, inspetor de SÃO PAULO (Brasil).*

Para suceder ao Pe. Luiz Gonzaga Piccoli na condução da Inspeção de São Paulo, no Brasil, foi nomeado o Pe. *Antonio Carlos Altieri*.

Ele nasceu a 18 de outubro de 1951 em São Paulo (Brasil) e é salesiano desde 1971, tendo emitido a primeira profissão a 31-01-1971 em Pindamonhangaba, onde tinha feito o seu ano de noviciado.

Depois dos estudos filosóficos-pedagógicos e a experiência do tirocínio prático, frequentou o curso de teologia no estudantado salesiano de São Paulo. Foi ordenado presbítero em São Paulo a 17 de dezembro de 1978. Con-

cluiu seus estudos conseguindo a licença em Filosofia e Pedagogia, como também em Ciências.

Foi em seguida professor e educador. Em 1982 foi chamado a fazer parte do Conselho inspetorial e de 1984 a 1992 foi diretor em casas para a formação, antes em Lorena - São José, depois no estudantado teológico da Lapa em São Paulo. Em 1992, concluído o seu mandato na Lapa, foi a Roma, junto à Universidade Pontifícia Salesiana, para um curso de especialização. Aqui encontrou-o a nomeação para Inspetor.

2. *AUTHIER Richard, superior da Visitadoria CANADÁ LESTE.*

Para a condução da Visitadoria do Canadá Leste foi confirmado para um segundo sexênio o Pe. *Richard Authier*.

Nascido em Montreal (Canadá) a 21 de janeiro de 1948, Richard Authier conheceu os Salesianos frequentando o colégio salesiano de Sherbrooke. Aí amadureceu a vocação e pediu para ser admitido ao noviciado, que fez em Newton (USA), emitindo a primeira profissão salesiana a 16 de agosto de

1966. Feita a experiência do tirocínio em Montreal e realizados os estudos teológicos em Columbus (USA), foi ordenado presbítero em Sherbrooke a 5 de junho de 1976.

Os anos sucessivos à ordenação sacerdotal foram para o Pe. Authier anos de experiência educativa e pastoral, enriquecida pelo curso de formação de Bekerley.

Pela experiência adquirida em campo salesiano, em 1984 foi chamado a assumir o encargo de Mestre dos noviços e, pouco depois, também o de Diretor da casa de Sherbrooke, onde se localiza o noviciado. Depois de três anos, em 1987, foi nomeado Superior da Visitadoria, encargo que agora o Reitor-Mor com o seu Conselho confirmou para um novo sexênio.

3. *BOLKOVAC Stjepan, inspetor da Inspetoria da CROÁCIA.*

O Pe. *Stjepan Bolkovac* foi chamado a suceder ao Pe. Mirko Barbaric na animação e na orientação da Inspetoria da Croácia.

Ele nasceu em Suhopolje, diocese de Zagreb, na Croácia, a

8 de abril de 1948 e é salesiano desde 16 de agosto de 1966, quando emitiu a sua primeira profissão religiosa em Krizevci, onde tinha feito o seu noviciado.

Realizados os estudos filosóficos e feita a experiência do tirocínio pôde ir à Itália, onde seguiu o curso teológico no estudantado de Castellammare di Stabia, conseguindo o bacharelado em Teologia. A 29 de junho de 1974 foi ordenado padre em Zagreb, em sua pátria.

Após a ordenação sacerdotal empenhou-se no trabalho apostólico. Secretário inspetorial no ano 1977-78, esteve depois por três anos em Zagreb-Knezija, e em seguida fez uma experiência na Alemanha, em Nürnberg (1981-1988), na animação dos emigrados. Em 1988 foi nomeado Vigário do Inspetor e diretor da casa inspetorial em Zagreb. Contemporaneamente acompanhou, como delegado, a pastoral juvenil da Inspetoria.

4. *BORYCZKA Piotr, superior da Circunscrição do ZÂMBIA.*

Pe. *Piotr Boryczka* é o primeiro superior da nova Circuns-

crição com Estatuto Especial do Zâmbia.

Nascido em Smergorzów, província de Cracóvia, na Polônia, a 13 de junho de 1953, Piotr Boryczka fez o noviciado salesiano na casa de Kutno-Wozniaków, onde emitiu a primeira profissão religiosa a 8 de setembro de 1971.

Feitos os estudos filosóficos e a experiência do tirocínio, como pôde naqueles difíceis anos de fechamento religioso, freqüentou o curso de teologia no estudantado salesiano de Lad, onde foi ordenado presbítero a 10 de junho de 1980.

Logo depois, estando as Inspetorias da Polônia empenhadas no Projeto África, o Pe. Boryczka acolheu o chamado missionário e partiu para o Zâmbia. Inseriu-se no trabalho apostólico e em 1983 foi-lhe confiada a direção da casa de Kazembre, encargo que desenvolveu por um sexênio. Concluído o mandato de diretor, em 1990 foi nomeado Delegado do Inspetor para a Delegação inspetorial do Zâmbia, dependente das Inspetorias da Polônia. Depois de um triênio é agora cha-

mado à orientação da nova Circunscrição especial.

5. *BREDA Valério, inspetor da Inspetoria do Recife (Brasil).*

Na conclusão do mandato do Pe. Orsini Linard Nuvens, o Pe. *Valério Breda* foi nomeado Inspetor do Recife.

Nascido em San Fior di Sotto, província de Treviso (Itália), a 24 de janeiro de 1945, Valério Breda, após ter freqüentado o aspirantado salesiano de Trento, pediu para ser admitido ao noviciado, que fez na casa de Albaré, emitindo a primeira profissão a 16 de agosto de 1962 na Inspetoria de Verona.

Nessa Inspetoria fez os estudos filosóficos e a experiência do tirocínio. Freqüentou em seguida o curso de teologia no Pontifício Ateneu Salesiano, em Roma, conseguindo aí a licença em Teologia.

Ordenado padre a 29 de junho de 1973 em San Fior di Sotto, sua cidade natal, empenhou-se logo no campo educativo e pastoral. Quando a Inspetoria do Verona desenvolveu um projeto

de colaboração, sob a forma de ‘gemellaggio’, com a Inspetoria do Recife, no Brasil, o Pe. Valério ofereceu a sua disponibilidade, partindo para o Nordeste do Brasil. Ali esteve entre aqueles que deram início à obra salesiana em Matriz de Camaragibe, na diocese de Maceió, Alagoas, da qual foi pároco e a partir de 1987 também diretor. Nesses anos procurou inserir-se sempre mais na realidade da Inspetoria e do país. Agora foi eleito Inspetor.

6. *CHEMMALAKUZHY Stephen, superior da Visitadoria ÁFRICA LESTE.*

Pe. *Stephen CHEMMALAKUZHY* sucede ao Pe. Thomas Thayil na animação e orientação da Visitadoria da África Leste, com sede em Nairobi.

Nascido em Nezhloor, Kerala, na Índia, a 11 de maio de 1952, ele fez o noviciado salesiano em Shillong, ao norte da Índia. Emitida a primeira profissão a 24 de maio de 1970 e feita a primeira experiência salesiana na Inspetoria de Shillong, tipicamente missionária, freqüentou o curso teológico no estudantado

salesiano de Shillong-Mawlai, concluindo-o com a ordenação sacerdotal, recebida em Kottayam a 27 de dezembro de 1979.

Após algumas experiências apostólicas como sacerdote, quando da Índia partiram os salesianos para o empenho missionário na África, também o Pe. Stephen aderiu ao projeto e partiu para a África. Foi educador e pastor, depois diretor em Iringa, na Tanzânia (1986-1991). Em 1988 foi eleito Conselheiro inspetorial. Achava-se em Roma desde 1992, na UPS, para conseguir a especialização em Ciências da educação. Aí encontrou-o a nomeação para superior da Visitadoria.

7. *D'SOUZA Joaquim, inspetor da Inspetoria de BOMBAIM (Índia).*

Pe. *Joaquim D'Souza* é o novo Inspetor de Bombaim, sucedendo ao Pe. Loddy Pires ao término do sexênio.

Ele nasceu em Pare, Bombaim, a 22 de março de 1945, e, depois dos primeiros estudos, fez o noviciado salesiano na casa de Yercaud, aí emitindo a primeira

profissão a 24 de maio de 1963.

Depois do pós-noviciado e da primeira experiência salesiana, foi a Roma, no Pontifício Ateneu Salesiano, para freqüentar os estudos filosófico-teológicos, que concluiu em Poona, em sua pátria. A 19 de junho de 1975 foi ordenado presbítero em Bombaim, na casa salesiana de Matunga.

Chamado a empenhar-se na formação dos jovens irmãos, foram-lhe confiados encargos de responsabilidade. Em 1980 foi nomeado diretor de Poona, Koregaon Park, e em 1984 diretor do estudantado filosófico a Nashik. Conselheiro inspetorial desde 1982, em 1988 foi-lhe confiado o encargo de Vigário do Inspetor e diretor da casa inspetorial, encargo que desenvolveu com competência até a nomeação para Inspetor. Em 1990 participou como delegado do CG23.

8. *HOCEVAR Stanislav, inspetor da inspetoria da ESLOVÊNIA.*

Pe. *Stanislav Hocevar* foi confirmado para um segundo sexênio na orientação da Inspeção salesiana da Eslovênia.

Nascido em Jelendol, Eslovênia, a 12 de novembro de 1945, conheceu os Salesianos na casa de Skocjan e fez o noviciado em Rijeka, ao término do qual emitiu a primeira profissão religiosa a 16 de agosto de 1963.

Após ter estudado teologia em Ljubljana, foi ordenado padre a 29 de junho de 1973.

Conseguida a licença em Teologia, foi logo chamado pelos Superiores a responsabilidades de animação e governo. Diretor da casa de noviciado de Zeljmlje em 1979, começou contemporaneamente a fazer parte do Conselho inspetorial.

Em 1982 foi chamado a desenvolver a tarefa de Vigário inspetorial e em 1984 participou do CG22. Designado, em seguida, Diretor da casa de Klagenfurt, na Áustria, em 1987 era nomeado Inspetor da Eslovênia. Agora, o Reitor-Mor com o seu Conselho confirmaram-no para um novo sexênio.

9. *JACQUEMOUD Marcel, inspetor da Inspeção de Lyon (França).*

Para suceder ao Pe. Morand Virth na orientação da Inspeção

de Lyon, no sul da França, foi designado o Pe. *Marcel Jacquemoud*.

Ele nasceu a 6 de agosto de 1935 em Túnis, na Algéria, quando ligada à França. Conheceu os Salesianos na casa de Chateau d'Aix e, amadurecida a vocação, fez o noviciado em La Navarre, onde emitiu a primeira profissão religiosa a 9 de março de 1959.

Depois dos estudos filosóficos e a experiência do tirocínio, frequentou o curso de teologia no estudantado salesiano de Lyon. Aqui foi ordenado presbítero a 23 de abril de 1966.

Os anos que se seguiram à ordenação sacerdotal foram de intenso empenho educativo e apostólico. Em 1975 foi nomeado Diretor da casa de Lyon (Bon-Secours), encargo que desenvolveu até 1983, quando lhe foi confiada a direção da casa de Lyon (Minimes). Em 1986 foi chamado a fazer parte do Conselho inspetorial e em 1989 eleito Vigário do Inspetor. Em 1990 foi-lhe confiada a direção da importante obra de Nice (Don Bosco).

5.3 Estatísticas do pessoal salesiano em 31 de dezembro de 1993

Insp.	Tot.	Professos temporários				Professos perpétuos				Tot.	Noviços	Tot.
	1992	L	S	D	P	L	S	D	P	Professos		1993
AFC	235	14	33	0	0	25	7	0	138	217	18	235
AFE	88	1	14	0	0	13	12	0	48	88	1	89
AFM	61	1	3	0	0	6	2	0	50	62	0	62
ANT	156	4	31	0	1	14	10	0	91	151	8	159
ABA	205	3	16	0	0	14	8	0	157	198	4	202
ABB	151	0	9	0	1	17	6	0	114	147	1	148
ACO	177	4	23	0	0	13	13	0	111	164	5	169
ALP	103	5	4	0	0	10	7	0	74	100	5	105
ARO	152	3	22	0	0	17	15	0	90	147	3	150
AUL	126	2	12	0	0	23	2	0	84	123	2	125
AUS	140	2	10	0	0	12	2	1	106	133	3	136
BEN	219	1	10	0	0	23	4	0	177	215	2	217
BES	105	4	4	0	0	9	2	0	85	104	1	105
BOL	149	10	38	0	0	15	10	0	71	144	14	158
BBH	183	2	10	0	0	23	7	0	116	158	4	162
BCG	156	2	22	0	0	24	4	0	102	154	6	160
BMA	133	6	24	0	0	18	10	0	68	126	6	132
BPA	120	1	14	0	0	10	1	0	79	105	5	110
BRE	98	1	17	0	0	14	3	0	56	91	3	94
BSP	215	1	21	0	1	33	8	0	147	211	6	217
CAE	36	0	1	0	0	5	1	0	25	32	0	32
CAM	264	12	36	0	0	26	21	0	150	245	13	258
CEP	224	5	41	0	6	8	12	1	134	207	9	216
CIL	260	4	43	0	0	21	18	0	156	242	17	259
CIN	144	1	6	0	0	36	4	0	96	143	0	143
COB	198	2	28	0	0	36	10	0	115	191	8	199
COM	169	1	30	0	0	18	12	0	97	158	8	166
CRO	91	0	7	0	0	6	4	0	68	85	5	90
ECU	250	3	25	0	0	26	10	0	168	232	11	243
FIN	208	8	43	0	0	22	13	0	117	203	12	215
FIS	171	17	65	0	0	13	6	1	62	164	21	185
FLY	165	0	5	0	0	32	3	0	121	161	0	161
FPA	234	5	11	0	0	32	3	0	181	232	1	233
GBR	153	1	9	0	0	16	3	0	115	144	0	144
GEK	181	4	15	0	0	39	3	0	113	174	1	175
GEM	297	8	15	0	0	65	9	0	186	283	2	285
GIA	143	3	25	0	0	19	2	0	93	142	8	150
HAI	44	1	13	0	0	1	2	0	27	44	9	53
INB	272	7	86	0	0	18	22	0	131	264	15	279
INC	316	3	58	0	0	37	25	0	180	303	31	334
IND	189	5	50	0	0	5	20	0	105	185	8	193
ING	303	2	78	0	0	27	21	0	163	291	15	306
INH	110	3	37	0	0	3	15	0	58	116	13	129
INK	233	3	65	0	0	7	32	0	116	223	14	237
INM	415	5	127	0	0	29	49	0	196	406	23	429
IRL	131	4	10	0	0	10	2	0	104	130	4	134
IAD	161	1	7	0	0	31	1	0	123	163	3	166
ICP	991	14	40	0	0	230	15	1	584	884	13	897
ILE	421	4	38	0	0	64	5	0	325	436	16	452

66 ATOS DO CONSELHO GERAL

Insp.	Tot. 1992	Professos temporários				Professos perpétuos				Tot. Professos	Noviços	Tot. 1993
		L	S	D	P	L	S	D	P			
ILT	219	1	10	0	0	38	2	1	156	208	2	210
IME	330	1	24	0	0	47	5	0	243	320	6	326
IRO	300	1	17	0	0	73	3	2	230	326	1	327
ISA	87	1	4	0	0	8	2	0	66	81	0	81
ISI	347	4	14	0	0	30	6	0	271	325	2	327
IVE	299	2	23	0	0	54	7	1	195	282	7	289
IVO	238	3	13	0	0	48	4	0	169	237	0	237
KOR	73	9	24	0	0	9	5	0	25	72	7	79
MDG	0	0	14	0	0	8	4	0	26	52	4	56
MEG	213	11	47	0	0	9	8	0	130	205	16	221
MEM	219	15	63	0	0	13	10	0	106	207	14	221
MOR	155	4	30	0	1	27	2	0	99	163	8	171
OLA	84	0	1	0	0	25	0	1	56	83	0	83
PAR	103	0	22	0	0	8	6	0	62	98	4	102
PER	159	7	26	0	0	13	8	0	104	158	12	170
PLE	406	7	105	0	1	22	28	0	224	387	20	407
PLN	338	2	82	0	0	13	24	0	193	314	26	340
PLO	251	2	36	0	0	2	26	0	173	239	6	245
PLS	262	0	66	0	0	11	26	0	148	251	5	256
POR	200	5	16	0	0	51	7	1	115	195	5	200
SLK	217	5	60	0	0	12	3	0	132	212	19	231
SLO	142	1	13	0	0	16	8	0	100	138	2	140
SBA	257	0	17	0	0	40	10	0	185	252	4	256
SBI	260	5	25	0	0	58	22	0	147	257	6	263
SCO	143	3	16	0	0	9	5	2	104	139	6	145
SLE	265	8	12	0	1	68	15	0	160	264	4	268
SMA	411	10	34	0	0	101	15	0	249	409	6	415
SSE	191	2	23	0	0	31	1	0	128	185	3	188
SVA	209	6	17	0	0	32	9	0	141	205	6	211
SUE	240	1	9	0	0	50	2	0	169	231	5	236
SUO	121	3	6	0	0	27	3	0	80	119	4	123
THA	108	4	16	0	0	13	2	0	71	106	0	106
UNG	71	1	8	0	2	3	0	0	57	71	9	80
URU	149	1	21	0	0	9	3	0	109	143	3	146
VEN	241	7	29	0	0	19	10	1	166	232	16	248
VIE	98	7	20	0	0	13	36	0	30	106	8	114
UPS	126	0	0	0	0	14	0	0	114	128	0	128
RMG	90	0	0	0	0	18	0	0	70	88	0	88
EST	43	0	19	0	0	1	3	0	50	73	14	87
Tot.	17.411	332	2.333	0	14	2.258	806	13	11.126	16.882	637	17.519
Bispos	86									91		91
Tot.	17.497	332	2.333	0	14	2.258	806	13	11.126	16.973	637	17.610

NB.: – Em 1993, surgiram duas novas circunscrições: ICP, nascida da fusão de ICE-INE-ISU, e MDG, nascida com a contribuição das Inspetorias IME-IRO-ISA-ISI-IVE. O fato implicou variações nas Inspetorias da Itália.

– Em EST foram inseridos os irmãos que trabalham nos países da ex-URSS (ainda que em 31/12/93 não fosse ainda circunscrição autônoma): a variação com respeito a 1992 deve-se às transferências de irmãos.

5.4 Irmãos falecidos (1994 - 1ª lista)

“A fé em Cristo ressuscitado sustenta a nossa esperança e mantém viva a comunhão com os irmãos que repousam na paz de Cristo. Consumiram a vida na Congregação, e não poucos sofreram até mesmo o martírio por amor do Senhor. ... Sua lembrança é estímulo para continuarmos com fidelidade nossa missão” (Const. 94).

	NOME	LUGAR E DATA DA MORTE	IDADE	INSP.
P	ACOSTA LOTERO Gabriel M.	Medellín	15.03.94	86 COM
P	ARNAU PRAT Sebastián	Alcoy	03.02.94	75 SVA
P	AUBRY Joseph	Roma	17.02.94	78 RMG
L	BAGAROTTI Edoardo	Seregno	20.12.93	89 ILE
L	BARDINI Gabriele	Mogliano Veneto	05.02.94	82 IVE
P	BENINTENDE Vito	Pedara	11.02.94	55 ISI
P	BERGIA Battista	Turim	27.02.94	79 ICP
L	BOCCOTTI Francesco	Tampa	07.03.94	83 SUE
P	BOSIO Giuseppe	Campo Grande	26.01.94	74 BCG
P	BRASESCO José María	Buenos Aires	08.02.94	91 ABA
L	BROTTO Giuseppe	Arese	14.04.93	57 ILE
P	CALDAROLA Carlo	Faenza	16.02.94	85 IAD
P	CAMPOS Asterio	Natal	21.01.94	77 BBH
P	CASALEGNO Corrado	Turim	24.02.94	85 ICP
P	CEGLAR Stanley	Hamilton	20.01.94	78 CAE
L	CERIOTTI Aldo	Buenos Aires	21.02.94	71 ABA
L	CHIESA José Luis	San Juan	05.03.94	89 ACO
P	CONTI Aldo	Roma	06.03.94	84 IRO
P	CORTESI Mario Sesto	San Giovanni	18.03.94	74 ILE
P	CYRON Franciszek	Olesnica	06.02.94	77 PLO
P	DAVERIO Luis	Bahia Blanca	07.01.94	86 ABB
P	DEL FABRO Vittorio	Salta	03.02.94	75 ACO
L	DEL MAZO Francisco	Caracas	15.12.93	88 VEN
L	DEPLANO Giovanni	Lanusei	10.01.94	84 ISA
L	DIEZ RODRIGUEZ Francisco	Santander	25.02.94	57 SBI
P	DZIEKAN Piotr	Pila	04.03.94	30 PLN
P	FALCÃO SILVA Luiz	Recife	28.02.94	68 BRE
P	FALKÁ József	Mogyoród	06.02.94	76 UNG
P	FEDERICI Roberto	Civitanova Marche Alta	24.02.94	88 IAD
L	FERRARIS Ernesto	Shillong	30.12.93	95 ING

68 ATOS DO CONSELHO GERAL

P	FIORI Giuseppe	Cagliari	23.12.93	86	ISA
P	GAIDA Leo	Helenenberg	16.01.94	87	GEK
L	GAMEZ Jacinto	Bucaramanga	24.09.93	89	COB
P	GANCEDO IBARRONDO E.	Bejar	13.01.94	84	SMA
P	GHISOLFI Alessandro	Lombriasco	20.02.94	78	ICP
P	GIAROLA Ottavio	Turim	27.02.94	88	ICP
P	GROCHALSKI Leon	Lad	19.02.94	61	PLN
P	GUERRIERO Antonio	Quito	23.12.93	80	ECU
P	KOLLER Franz Xaver	Beromünster (Suíça)	01.03.94	95	GEM
P	KREYENBÜHL Vincenzo	Zurich (Suíça)	23.12.93	86	ILE
P	LAGORIO Edoardo	Manaus	10.02.94	82	BMA
L	MALDONADO David	San José	09.11.93	64	URU
P	MARTINELLI Marino	Civitanova Marche Alta	13.03.94	81	IAD
P	MARKIEL Karol	Wyry	26.11.93	84	PLS
P	MASSARO Pasquale	Roma	07.01.94	60	IME
P	MAZZOLENI Renato	Turim	08.01.94	70	ICP
P	MIKLIC Jozef	Bolonha	22.03.94	78	ILE
P	NAVARRO SELVA Manuel	Córdoba	03.02.94	77	ACO
L	NOVANSKY Ladislao	Roma	19.02.94	85	IRO
P	OBERTI Gérman	Montevidéu	16.02.94	60	URU
P	PALACIOS DAVILA Fabián	Quito	20.02.94	33	ECU
P	PANDOLFI Antonio	Roma	22.02.94	88	IRO
P	PAPWORTH Adrian	Heathcote NSW	19.03.94	74	AUL
P	PECIÑA IRIARTE José Maria	Barcelona	10.03.94	62	SBA
P	POMATI Pietro	Hong Kong	27.03.94	87	CIN
L	PORRO Angelo	Nazaré	23.03.94	87	MOR
L	RONCO Giorgio	Turim	26.02.94	81	ICP
L	SABOGAL Eduardo	Santafé de Bogotá	20.02.93	82	COB
P	SARTORI Ottorino	Turim	18.03.94	80	ICP
P	SCARONI Orfeo	Bolonha	09.02.94	74	ILE
P	SIMONETTO Vincenzo	Roma	25.01.94	89	IRO
P	SOBCZYNSKI Wladyslaw	Elblag	30.11.93	59	PLE
P	SPILLARE Antonio	Santiago	07.12.93	89	CIL
P	TIMMERMANS Johann	Hong Kong	14.03.94	77	CIN
P	TONEGUZZO Ruggero	Negrar (VR)	06.03.94	78	IVO
P	TOTH Jozef Zoltán	Roznava	11.02.94	79	SLK
P	TRICERRI Mario	Turim	15.01.94	82	ICP
P	TISOTTO Nelo	São Paulo	08.03.94	83	BSP
L	VALLEROS Maximiliano	Santafé de Bogotá	27.01.94	77	COB
F	Van ALPHEN Petrus Arnoldus	Nijmegen	20.02.94	81	OLA
P	Van GISBERGEN Piet	Vremde	17.02.94	77	BEN
P	VANGANSEWINKEL Jacques	Bonheiden (Bélgica)	06.03.94	79	AFC
P	VILASECA UBACH Joaquim	Barcelona	13.01.94	51	SBA
P	WAHL Adan	Mérida	19.12.93	88	VEN
P	WONG Yung Francis	Hong Kong	19.03.94	83	CIN
L	ZAGNI Gino	Génova	26.02.94	64	ILT
P	ZEITLHOFER Franz	Viena	27.01.94	79	AUS